

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 061

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 061**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão Ordinária 03****Expediente:**

Ofícios..... 03

Proposta de Emenda à

Constituição do Paraná 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 18

Dep. Barbosa Neto 19

Dep. Plauto Miró Guimarães 22

Dep. José Domingos Scarpellini 23

Dep. Elton Carlos Welter 24

Dep. Hermes Fonseca 25

Grande Expediente:

Dep. Rafael Greca 26

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto 19

Liderança do PPS:

Dep. Marcos Isfer 29

Liderança do PMDB:

Dep. Nereu Moura..... 31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão / Votação:

2ª Discussão 31

1ª Discussão 32

Requerimentos 34

Explicações Pessoais:

Dep. José Domingos Scarpellini 35

Encerramento da Sessão Ordinária..... 35**Transcrições 35****Publicações:**

Comissão Executiva:

Atos 38

Diretoria Geral:

Portarias39

Atas de Comissões:

Com. de Const. e Justiça.....39

060ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE JUNHO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Elza Correia, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Nelson Justus e Waldir Leite (09). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Padre Paulo Campos e Ratinho Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 068, 069, 070, 071, 072 e 073/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

044/2005: de autoria dos Deputados Cida Borghetti, Duílio Genari e Cesar Seleme, que concede ao Sr. Pedro Joanir Zonta, o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.736. **Anote-se - Arquivo-se.**

113/2005: de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Dia da Água, a ser comemorado no dia 22 de março, o qual foi convertido em Lei nº 14.737. **Anote-se - Arquivo-se.**

051/2005: de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação à alínea “x” do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11.580/96, de 14 de novembro de 1996, o qual foi convertido em Lei nº 14.738. **Anote-se - Arquivo-se.**

171/2005: de autoria do Poder Executivo, que transfere ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S.A., antes atribuída à extinta Secretaria de Estado do Governo, o qual foi convertido em Lei nº 14.739. **Anote-se - Arquivo-se.**

224/2005: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel que especifica, situado no Município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 14.740. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/2005: de autoria da Deputada Cida Borghetti, que denomina Engenheiro Agrônomo Oscar Figueiredo Filho, a Rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado, o qual foi convertido em Lei nº 14.741. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 418/2005, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, acompanhado de justificativa, o qual incorpora o Quadro de Servidores da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada do Estado ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria daquele Tribunal de Justiça, e adota outras providências,

ex vi, do contido no artigo 4º e seu parágrafo único da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, a qual também extinguiu os Tribunais de Alçada do País. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 482/2005, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). **Ao conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

Art. 1º Fica inserido no texto do artigo 98 da Constituição do Paraná, o parágrafo 6º, com a seguinte redação:

“§ 6º Os créditos titularizados por idosos, assim entendidas as pessoas que contem com sessenta anos de idade ou mais, desde que mencionada esta particularidade no ofício requisitório, deverão ser pagos pela Fazenda Estadual, Municipal e pelas Autarquias no prazo de sessenta dias, contados da data de apresentação do precatório, na ordem cronológica de sua apresentação, sendo vedada a cessão do crédito a terceiros, inclusive para fins de compensação tributária.”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Reni Pereira, Miltinho Pupio, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Luiz Nishimori, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Delegado Braddock, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Durval Amaral, Nelson Garcia, Marcos Isfer, André Vargas e Waldir Leite.

JUSTIFICATIVA:

De início, a ressalva formal da competência resta solucionada em função da atribuição do Governador, obediente à regra de simetria com o que estabelece a Constituição Federal, da iniciativa de proposta de emenda à Constituição.

Quanto à matéria de fundo, cumpre já de início considerar que os precatórios cíveis de natureza alimentícia têm tratamento diferenciado quanto ao pagamento em relação a créditos de outra natureza, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal, e o parágrafo 2º do artigo 98 da Constituição Estadual. O Governo do Estado tem assim interpretado e procedido quando lhes destina 70% do montante previsto para pagamento de precatórios em geral. E, não poderia ser diferente, porquanto compre-

endem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos e pensões.

O artigo 100 da Constituição Federal assim determina:

“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.”

No mais a Constituição é omissa quanto à ordem cronológica do pagamento dos precatórios alimentícios.

O parágrafo 5º do artigo 98 da Constituição Estadual determina:

“Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 5º Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual ou Municipal e pelas Autarquias, no prazo de trinta dias contados da data da apresentação dos precatórios, na ordem cronológica de sua apresentação.”

Assim este dispositivo estatui ordem cronológica para pagamento de créditos de natureza alimentícia, como também determina que a Fazenda Estadual o faça no prazo de trinta dias contados da data de apresentação.

Com o advento da recente Lei nº 10741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, vemos prescrito em seu artigo 71:

“É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.”

Da leitura do aludido artigo poder-se-ia interpretar que a mencionada prioridade ficaria abalizada estritamente à esfera judicial, o que fica esclarecido plenamente com o parágrafo 3º do mesmo artigo 71: A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária. Portanto o pagamento de precatórios é, indubitavelmente, um procedimento da Administração Pública.

Ilustrando ainda, em 23 de abril de 2004 pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal de nº 418 é priorizado aos idosos a restituição do Imposto de Renda do ano. Ainda à guisa de exemplo, enfatize-se que até a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, está sendo liberado com prioridade aos idosos.

É no mínimo de bom sendo, quando mais ainda por reconhecimento e respeito, que se tribute respeito àqueles que já deram de si, ao longo do tempo e, diante da menor expectativa de vida que vivenciam, são merece-

dores de receberem seus justos benefícios, para usufruí-los, ainda em suas vidas.

Esta proposta de emenda à Constituição, visa portanto, a fazer com que o Estado do Paraná, na linha do respeito ao idoso gizada pela Legislação Federal, seja pioneiro também no reconhecimento da dignidade da terceira idade, traduzido na priorização de pagamentos dos créditos havidos junto ao Estado pelos que se enquadram nesta condição.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 026/2005

Exmo. Sr.

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do MAPA, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do MAPA.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 027/2005

Exmo. Sr.

Presidente da República Federativa do Brasil:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de diversas

categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do MAPA, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do MAPA.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 028/2005

Exmo. Sr.

Ministro-Chefe da Casa Civil:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do MAPA, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do MAPA.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 029/2005

Exmo. Sr.

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do MAPA, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do MAPA.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) HERMES FONSECA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 350/2005, de sua autoria, tendo em vista a existência da Lei nº 11.674/97, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização do

Plenário para se deslocar para Brasília, nos dias 15, 16 e 17 do corrente mês, para levar a posição do Estado do Paraná, perante a ANVISA e, também, para o Deputado Luiz Antonio Fleuri, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, a manifestação das Farmácias de Manipulação do Estado do Paraná.

Posteriormente iremos ao IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente fazer questionamentos sobre o Parque Nacional da Ilha Grande, relacionado com as indenizações dos ilhéus.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, seja reservado o Grande Expediente da Sessão do dia 24 de agosto próximo para comemorar a UPE - União Paranaense dos Estudantes, por ocasião da posse da nova diretoria, liderada pelo estudante Arilton Freres, da Universidade Estadual de Maringá, curso de Ciências Sociais, e da realização do Congresso Nacional da UNE, na Cidade de Goiânia.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Abrir espaço, nesta egrégia Assembléia, às lideranças jovens do movimento estudantil, significa: valorizar o poder jovem no futuro. Expressões numerosas da política nacional, entre elas, o Governador Roberto Requião, o Prefeito de São Paulo, José Serra, a Deputada Elza Correia, o Vice-Governador Orlando Pessuti, este Deputado incluído, surgiram no movimento estudantil.

A nova diretoria da União Paranaense dos Estudantes assume, recebendo o cargo das mãos do estudante Antonio Anibelli Neto.

A UPE e a UNE reorganizam-se, expressão de esperança no Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no Encontro de Comunicação Social, da FANORPI, em Santo Antonio da Platina, nos dias 23 e 24 do mês de junho do corrente ano, onde participarei como conferencista.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Encontro de Comunicação Social da FANORPI, tem como objetivo contribuir com o enriquecimento profissional, visando a formação dos alunos da área de Comunicação Social.

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, nos eventos alusivos aos 10 Anos do Curso de Engenharia Civil no dia 30 do mês de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, no dia 30 de julho, estará apresentando o projeto: 10 Anos de Engenharia Civil da UNIOESTE, em comemoração a esta data festiva, na Associação Comercial Industrial de Cascavel - ACIC, às 19h30min.

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização para ausentar-se segunda-feira, 20/07/2005, para viagem a Brasília, para tratar de assunto ligado à reforma Universitária, em audiência com o Secretário Executivo do MEC.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Solene do dia 29 de agosto do corrente ano, às 17h, para a comemoração de mais um aniversário da criação da Província do Paraná, organizada pelo Movimento Pró-Paraná. Ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votos de pesar à família Conti pelo falecimento da empresária e empreendedora Dra. Helena de Conti, viúva do saudoso Dr. Dirceu de Conti, e deixa dois filhos e cinco netos.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Dra. Helena de Conti era proprietária da Clínica de Fisioterapia D'Conti, situada na rua José de Alencar onde era Diretora e estava sempre presente. Sua vida foi dedicada a boas causas do setor de atendimento à saúde e em especial à fisioterapia. O seu bom humor e sentimento de solidariedade são os principais traços da personalidade da Dra. Helena, que ficaram marcados indelevelmente nas páginas da história do nosso Estado.

Os seus dois filhos, Dra. Célia e Dr. Décio, ambos médicos especialistas, são frutos e testemunho desta, do seu carinho e do seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 1805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de pesar nos Anais desta Casa aos familiares de Dionisio Carboni, pelo seu falecimento no dia 13/06/2005, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 13, do Sr. Álvaro Cunhal, aos 91 anos.

Dirigente histórico do Partido Comunista Português e, provavelmente, um dos últimos stalinistas da esquerda europeia. Álvaro Cunha foi autor de quatro romances, o primeiro deles "A Casa de Eulália" publicado em 1927. Os anos que ficou na clandestinidade, durante a ditadura salazarista (1933-74), fizeram com que ele preferisse a disciplina às discussões internas.

O Partido Comunista Português, sob seu comando, tornou-se a única força de oposição estruturada ao salazarismo. Tornou-se secretário-geral do PCP em 1961, reaproximou-se de Moscou. Partiu para o exílio e viveu na Rússia, na Tchecoslováquia, na Romênia e na França. Seu Partido tinha uma forte implantação entre oficiais de médio escalão nas Forças Armadas e foram basicamente eles que derrubaram a ditadura em 25 de abril de 1974. Cunhal, de volta do exílio, foi ministro nos primeiros quatro governos provisórios (1974-75).

Foi eleito Deputado entre 1975 e 1992, quando transferiu a direção do Partido a Carlos Carvalhas. Álvaro Barreirinhas Cunhal foi um dirigente tenaz e com profundas convicções políticas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Embaixada de Portugal e o Consulado do Portugal em Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPALLINI

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 13, do Sr. Paulo Kowalki.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade para-naense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 08, no Município de Apucarana, uma pioneira apucaranaense, a Sra. Margarida Sonni, viúva do Sr. Jamil Sonni.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Luci Araújo, 90 anos.

A querida senhora dirigiu uma indústria de tamanhos, por mais de 30 anos, na Cidade de Antonina. Era filha do ex-Prefeito Juca Araújo, de família tradicional do Município de Antonina.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Eugênio Caldas de Campos,

ocorrido no dia 31 de maio, na Cidade de Reserva do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua mãe, a Sra. Maria do Carmo Campos, enviando correspondência à Avenida 04 de Setembro, 614, CEP: 85.195-000 - Reserva do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes paramos para pensar que o importante é o tempo em que estamos junto às pessoas que amamos. Na verdade, temos que trocar o tempo, quando olhado pelo lado da duração, pela qualidade dos momentos que vivenciamos.

Uma vida é composta de momentos, principalmente dos positivos. Uma vida é composta de ações, especialmente daquelas voltadas ao bem comum. E são justamente destes bons momentos e destas belas ações que guardamos a lembrança de alguém que, pela peça que a vida nos prega, nos deixou prematuramente.

Os atos praticados são mais importantes do que o tempo. E é assim que devemos sempre lembrar do José Eugênio, um homem que marcou a sua passagem pelas nossas vidas pela sua forma simples, tranqüila e sua maneira afável de fazer amigos.

E a nossa fé nos dá a garantia de que um dia o reencontro vai acontecer. E mais ainda: que o José Eugênio está na paz do Criador, no amor de Deus Todo-Poderoso que com Sua infinita bondade acolhe todos os Seus filhos.

A vida é uma passagem, onde deixamos as nossas marcas. As marcas que o José Eugênio deixou foram muito positivas.

E neste momento, deixamos nosso voto de pesar a todos que conviveram diretamente com o José Eugênio e hoje sentem a sua falta. Temos certeza que Deus está consolando o coração de cada um de vocês.

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER votos de pesar pelo falecimento do Sr. Ismair Eufrásio de Siqueira, conhecido por "Preteco".

Preteco era atualmente assessor Parlamentar do Vereador de Curitiba Tito Zeglin e participante ativo na política paranaense.

Sem dúvida nenhuma, uma grande perda a todos.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ajji, nesta Capital. Mais conhecido como "Chicão do Truco", era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Antonio de Souza, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Grandi, aos 68 anos de idade, na Cidade de Cambará-PR.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luis Carlos Antunes.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Dr. José Alexandre Saraiva, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações aos professores e funcionários do Colégio Estadual Professor João Loyola, Ensino Fundamental e Médio.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência aos homenageados da decisão do Plenário desta Casa de leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações aos professores e funcionários do Colégio Estadual Dr. Bayard Osna. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência aos homenageados da decisão o Plenário desta Casa de leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de congratulações e aplausos ao Município de São Jorge do Patrocínio, pela comemoração de seus 24º aniversário de emancipação política, no próximo dia 22 de junho corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Claudio Aparecido A. Palozi, Prefeito Municipal, o Sr. Vice-Prefeito, Paulo Sergio Arias, bem como todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de São Jorge do Patrocínio estará no próximo dia 22 de junho corrente, comemorando com

grande júbilo seus 24 anos de emancipação política do seu Município.

O território onde se localiza o Município surgiu da Gleba São Jorge, de propriedade da Companhia Byington de Colonização.

O povoamento teve início em 1960, quando a empresa colonizadora promoveu a venda de lotes rurais e urbanos, após medição e demarcação do perímetro. As primeiras famílias que chegaram, dedicaram-se à extração de madeiras de lei, abundante na região. Mais tarde iniciou-se a coveação do café, permitindo que o núcleo absorvesse 80% de sua área plantada com a rubiácea.

Em 04 de junho de 1974 foi criado o Distrito Administrativo de São Jorge, com território pertencente ao Município de Altônia. Em 04 de novembro de 1980, através da Resolução nº 52, foi realizado um plebiscito que visava consultar à comunidade a respeito da conveniência da emancipação política. A resposta foi positiva.

Pela Lei Estadual nº 7.474, de 22 de junho de 1981, o Distrito foi elevado à categoria de Município emancipado, com denominação alterada para São Jorge do Patrocínio. A instalação oficial ocorreu no dia 01 de fevereiro de 1982.

A Padroeira do Município é Nossa Senhora da Conceição.

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de São Jorge do Patrocínio, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população grandiosa de São Jorge do Patrocínio, na data da comemoração dos seus 24 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança, transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração Municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas a população de São Jorge do Patrocínio, na significativa data da comemoração de seus 24 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas, pela posse da nova Diretoria e Conselho Deliberativo em solenidade que acontecerá no próximo dia 17 de junho.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Elias Mattar Assad, atual Presidente, e ao Sr. Álvaro Borges Junior, futuro Presidente, no endereço abaixo:

- Rua Cândido Lopes, 146 - 9º andar.
Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações para o Dr. Moisés Paciornik.

Nascido em Curitiba, no Campo da Galícia, Rua Barão do Rio Branco, no dia 04/10/1914, sendo fundador e diretor do Hospital Paciornik, localizado à Rua Lourenço Pinto, onde hoje funciona o ambulatório do Hospital Evangélico. Casado com a Sra. Helena Schargel Paciornik, tem três filhos, cinco netos e um bisneto.

Formado pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1938, tem 67 anos dedicados à Medicina com atendimento fraterno de seus pacientes e amigos.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dado ciência à família.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações para o Sr. Aldo Vendramim, pela excelência do seu trabalho e atendimento ao público em geral.

A CONSILUX Tecnologia está expondo na Municipal 2005 feira de Produtos e Serviços para Municípios, em Pinhais, nos dias 21 a 23 de junho de 2005.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao

Município de São Jorge do Patrocínio - votos de congratulações pelo seu 24º aniversário, a ser comemorado no dia 22 de junho.

Que do presente, se dê ciência ao Prefeito, Cláudio Aparecido Alves Palozi, e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Wilson Secundo de Melo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Rolândia, votos de congratulações pelo seu 71º aniversário, a ser comemorado no dia 29 de junho.

Que do presente, se dê ciência ao Prefeito, Eurides Moura, e ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Danilson Alves de Oliveira, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações a Marilene Momoli, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Exmo. Sr. José Baka Filho, Prefeito Municipal de Paranaguá.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Exmo. Sr. Jairo José Melo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Exmo. Sr. Octávio Martinez Gianelli. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de louvor ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, em razão da concessão de autorização para contratação temporária no Hospital Universitário de Maringá.

Em caráter excepcional e sob regime especial, 182 profissionais da área de saúde vão substituir os funcionários com contratos vencidos ou afastados por outros motivos.

O Governador Roberto Requião autorizou a Universidade Estadual de Maringá (UEM) a contratar, em caráter excepcional, 182 profissionais da área de saúde.

O Decreto foi assinado na segunda-feira, dia 13 de junho. A Deputada signatária participou da cerimônia de assinatura do Decreto, no Palácio Iguaçu. Em 30 de maio, a Deputada signatária havia entregue ao Governador reivindicações da Direção do HU de Maringá, entre elas essa contratação autorizada pelo Governo do Estado.

As contratações tiveram parecer favorável da Secretaria da Administração e da Previdência, por ser de excepcional interesse público e não implicar em impacto financeiro para o Tesouro do Estado, conforme apontado também pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Assinaram o Decreto nº 4.954, além do Governador, os Srs. Secretários Aldair Rizzi (Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), Maria Marta Lunardon (Administração e Previdência), Heron Arzua (Fazenda), Caíto Quintana (Casa Civil), Cláudio Xavier (Saúde) e Reinhold Stephanes (Planejamento e Coordenação Geral).

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, seja encaminhada à Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Moção de Protesto e Repúdio de nº 001/2005, de 12 de maio passado, cópia em anexo, de autoria e com o apoio de todos os Vereadores da Câmara Municipal de Carambeí, referente à criação das Unidades de Conservação para proteção das florestas de araucária na Região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos de uma moção de apoio aos funcionários da ECT em apoio à luta dos trabalhadores da ECT contra a quebra do monopólio dos serviços prestados por essa empresa.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas cabíveis visando a execução de serviços de recuperação e capeamento asfáltico sobre pedras irregulares nos trechos das estradas abaixo especificadas, no Município de São Miguel do Iguaçu, a saber:

- pavimentação com pedra irregular as comunidades de Guanabara a Nova Roma;
- capeamento asfáltico sobre pedra irregular ligando o distrito de Aurora do Iguaçu à comunidade de São Brás;
- capeamento asfáltico sobre pedra irregular ligando o distrito de São Jorge à Linha Meneguetti;
- capeamento asfáltico sobre pedra irregular ligando o distrito de São Vicente à Guanabara; e
- recuperação asfáltica da estrada que liga o distrito de Aurora do Iguaçu à BR-277.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação com recuperação e capeamento asfáltico nos trechos acima citados é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, pois trata-se de uma região com grande escoamento de produtos agropecuários, sendo necessário portanto a realização dessas obras visando a integração entre as localidades, facilitando o trânsito de veículos e pedestres que se utilizam das vias.

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, para solicitar a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal na Cidade de Umuarama, atendendo solicitações do Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, Prefeito Municipal de Umuarama e do MM Juiz Federal Jail Benitez de Azambuja, da Subseção Judiciária de Umuarama.

Trata-se de uma reivindicação da comunidade local e dos órgãos federais que atuam na região, que irá proporcionar grandes benefícios à cidade e a toda região.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, para solicitar a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal na Cidade de Umuarama, atendendo solicitações do Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, Prefeito Municipal de Umuarama e do MM Juiz Federal Jail Benitez de Azambuja, da Subseção Judiciária de Umuarama.

Trata-se de uma reivindicação da comunidade local e dos órgãos federais que atuam na região, que irá proporcionar grandes benefícios à cidade e a toda região.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Brasil TELECOM, solicitando providências para viabilizar a rede de telefonia no Distrito de Nova Amoreira, Município de Marilândia do Sul, uma vez que a referida localidade somente conta com um telefone público.

Um dos motivos apregoados quando da privatização da telefonia no nosso país seria a universalização do sistema de telefonia, que até agora não foi implantado na maioria das cidades brasileiras.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à ANATEL, solicitando providências para viabilizar a rede de telefonia no Distrito de Nova Amoreira, Município de Marilândia do Sul, uma vez que a referida localidade somente conta com um telefone público.

Um dos motivos apregoados quando da privatização da telefonia no nosso país seria a universalização do sistema de telefonia, que até agora não foi implantado na maioria das cidades brasileiras.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Jânio Dalla Costa, Chefe do Núcleo Regional de Apucarana da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, parabenizando-o pela iniciativa e sucesso do evento ocorrido no último dia 10, no Município de Apucarana, no Shopping Centro Oeste.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Secretário da Agricultura e do Abastecimento, congratulando-o pelo sucesso do evento ocorrido no último dia 10, no Município de Apucarana, no Shopping Centro Norte, organizado pelo Núcleo Regional de Apucarana, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da CPI dos Caça-Níqueis da Câmara Municipal de Curitiba, convidando-o para usar a tribuna no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 17 de agosto, por 30 (trinta) minutos, para discutir sobre o assunto que motivou a criação da CPI.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Brasil TELECOM, solicitando providências necessárias para a expansão do sistema de telefonia para o Dis-

trito de Santo Antonio do Palmital, Município de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMIGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e BRASIL TELECOM, solicitando providências para atender os bairros urbanos de Apucarana, a exemplo do que já aconteceu recentemente no Jardim Andorinhas, e que só teve o problema solucionado depois de várias denúncias deste Deputado.

As localidades urbanas atingidas pelo descaso são: Jardim Sol Nascente, Jardim Interlagos, Jardim Colonial, Residencial Raposa, Residencial Catuaí 3 e Bairro Ouro Verde.

E que além das providências administrativas a ANATEL deve aplicar as multas na referida empresa pela negativa e pelo descaso que vem ocasionando.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando que sejam apuradas as circunstâncias das mortes do Sr. Eduardo Ribeiro, no dia 14/06, na frente do Posto de Saúde de Ribeirão do Pinhal e da Sra. Maria Inês Batista Pires, no dia 09/06, no Hospital da Zona Norte de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário da Segurança Pública, solicitando que o mesmo adote medidas urgentes visando dotar o efetivo policial de Foz do Iguaçu de recursos humanos e materiais em número suficiente para termos uma segurança mínima e não como se encontra hoje, praticamente inexistente e sucateada.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Hoje, Foz do Iguaçu conta com duas viaturas fazendo ronda na cidade; as demais, encontram-se pendentes de reparo.

São apenas quarenta policiais ativos. Na segunda-feira passada, em apenas poucas horas foram cometidos 03 assassinatos.

A Polícia Militar vem, sistematicamente, pedindo auxílio à Guarda Municipal para poder executar suas obrigações.

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando providência no sentido de que seja viabilizado reforço no aparato de segurança pública no Município de Santa Terezinha do Itaipu. Estamos atendendo, através deste, reiteradas solicitações na comunidade local, através do Presidente do Conselho de Segurança, Sr. Claudinei Costa.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando providência no sentido de que seja levado ao Município de Foz do Iguaçu, como já foi implantado em outros municípios paranaenses, o Projeto Povo, com o objetivo de aumentar a segurança da comunidade e diminuir o índice de criminalidade naquele importante Município paranaense, sempre levando em conta que é meta prioritária do Governo do Estado a segurança dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que os próximos juízes que forem designados para a Comarca de Centenário do Sul permaneçam na Comarca, proporcionando um atendimento mais eficaz à sociedade.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Centenário do Sul é uma cidade de entrância inicial, e os juízes para elas designados ficam poucos dias na Comarca, deste modo prejudicando a prestação jurisdicional.

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Pedro Henrique Xavier, liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, solicitando sua manifestação da conveniência, à luz do interesse público, da inclusão do BADEP em projeto de lei, relativo à compensação de débito com precatório contra a Fazenda Pública do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, solicitar informações junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a respeito do incêndio ocorrido no último dia 10, em uma área prevista para ser transformada em refúgio de vida silvestre, no Município de Palmas.

Devido à gravidade do ocorrido, solicito a essa Secretaria o nome do proprietário da área, assim como, a extensão total da área atingida pelo incêndio e as medidas que serão tomadas para coibir outras ações similares.

Aproveitando ainda esta oportunidade desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Secretário Airton Pisseti, informar o montante das despesas realizadas com a Comunicação Social do Estado nos Governos, Jaime Lerner, bem como dos anos de 2003, 2004 e 2005, deste último, mês a mês, incluindo as licitações em curso, tanto para a administração direta quanto a indireta.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENI PEREIRA e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata a transcrição nos Anais desta Casa do artigo intitulado Waldemiro Gremski decifrando os segredos de Deus, de autoria do jornalista e professor Aroldo Murá Gomes de Haygert,

publicado no Caderno de Idéias Ano II número 22 da Travessa dos Editores.

Professor Aroldo, conta a história de vida que marcou Curitiba, o Paraná e o Brasil. Líder cristão, personalidade ímpar, o Waldemiro humilde na sua grandeza, transformou-se num educador e pesquisador superiormente diferenciado na área das ciência biológica, com doutorado e quatro pós doutorados, e um currículo profissional em que aparecem dezenas de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos especializados, a maioria em países de ampla tradição em ciência, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha.

Diretor do Laboratório de Engenharia de Transplante Celular da PUC-PR desde 2002, Gremski está contemplando os primeiros resultados com experimentos humanos; um deles, foi o primeiro transplante realizado no Paraná pelo Núcleo de Cardiomioplastia Celular, em 4 de maio deste ano, na Santa Casa de Curitiba, pelo pesquisador e cirurgião cardíaco Paulo Roberto Slud Brofman.

O texto do professor resgata com propriedade o papel desempenhado por esse paranaense tão ilustre.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 386/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o GREDEVI - Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 15.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O Presidente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública o GREDEVI - Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede na cidade de Londrina.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 8.298 de 15 de dezembro de 2000, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo atividades de organização religiosas, o projeto atende 120 crianças de famílias de baixa renda, transportando crianças carentes dos bairros periféricos de Londrina levando-as para atividades esportivas, culturais recreativas e didáticas, como uma alternativa de vida melhor para esses cidadãos excluídos das mínimas condições, necessárias aos seres humanos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de ex-Prefeito Francisco Teixeira, a PR-281 trecho que liga os Municípios de Agudos do Sul a Tijucas do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 15.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Propomos este plano de lei, com o intuito de homenagear um homem que escreveu a história do Município de Agudos do Sul, bem como colaborou com toda aquela região, através de seu trabalho honrado.

PROJETO DE LEI Nº 387/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, com sede e foro no Município de Clevelândia, fundada em 26 de agosto de 1999, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Clevelândia, na data de 27/09/1999, foi registrada, no Livro A - nº 03, às fls. 56 V/60, sob nº 351 e 352, de Ordem, a Ata e o estatuto da Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, fundada em 26 de agosto de 1999, com sede e foro em Clevelândia.

A Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, tem por objetivos e finalidades:

a) congregar e organizar os bovinocultores(as) de leite, o leite e seus derivados, que produzam e comercializem leite ao consumidor ou a indústrias, observadas as disposições estatutárias: após organizada esta, permitindo-se abastecer também o comércio, entidades, órgãos e empresas, com os produtos lácteos, representar os associados;

b) promover melhoramentos na cadeia produtiva de leite, especialmente aqueles que sejam de interesse dos associados e do consumidor, promovendo melhores condições de vida e de saúde à população;

c) oferecer e organizar serviços a favor dos associados, desde a aquisição dos insumos, obtenção do leite e sua comercialização;

d) promover e colaborar na promoção de eventos de cunho desenvolvimentista da atividade e que tenham por finalidade a capacitação e a profissionalização dos produtores rurais;

e) evitar a comercialização clandestina do leite in natura e seus derivados, por conta dos produtores de leite;

f) estabelecer infra-estrutura para oferecer e prestar serviços na cadeia produtiva de leite. Este serviço poderá ser prestado para não associados, desde que aprovado por 2/3 (dois terços) dos associados presentes. Os associados jamais poderão ser prejudicados em seus princípios básicos, em detrimento de não associados;

g) eliminar intermediários, na cadeia produtiva;

h) pasteurização de leite e embalagem, além das manipulações e processamento necessários para obtenção de derivados de leite;

i) criar instâncias de aperfeiçoamento tecnológico dos produtores e de técnicos, como criação de grupos de troca de experiência, promover eventos de natureza técnico-científica e econômica;

j) a manipulação do leite, desde sua produção até a sua destinação final deverá obedecer a legislação vigente.

A Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, não tem fins lucrativos e não remunera os membros de sua Diretoria.

Pela Lei nº 1732/2001, de 27 de novembro de 2001, a Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

A documentação anexa que instrui este Projeto de Lei, encontra-se dentro dos ditames da lei, que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço dessa Associação que trabalha diuturnamente em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 388/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Rural do Centro Oeste, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul / PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Rural do Centro Oeste do Paraná representa neste Estado, precisamente nesta região, um grande progresso no melhoramento genético, estimu-

lando, dessa forma, o livre comércio e preço justo, tornando viável o agronegócio.

Seu principal objetivo, além dos demais elencados no Estatuto Social, é o de buscar novas tecnologias para o aprimoramento do produtor rural, bem como de fomentar toda a cadeia produtiva, promovendo neste aspecto a melhoria da economia local.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos nobres Pares a fim de aprovar o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 389/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Assistência Social, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião promovida pela UNIOESTE - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da UNIOESTE - campus de Foz, realizou um seminário "UNIOESTE Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Enge-

nharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela UNIOESTE/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados; 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Assistência Social.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 390/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Fisioterapia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Parágrafo Único. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião promovida pela UNIOESTE - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da UNIOESTE - campus de Foz, realizou um seminário "UNIOESTE Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão,

seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela UNIOESTE/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados; 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Fisioterapia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 30,20% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as Comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo.

Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 391/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 6º da Lei nº 8246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados.

“Art. 6º A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I - mudar seu domicílio para outro Estado;

II - deixar de comparecer ao Serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;

III - quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo Único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a 1/3 (um terço) do valor.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa alterar o artigo 6º da Lei nº 8246/86. Tal lei permite o Poder Executivo efetuar mensalmente o pagamento de um salário mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho.

Justificamos tal proposição com a alteração do artigo 6º da referida lei, visando conceder aos portadores desta moléstia, uma fonte de renda alternativa da Previdência Social. Assim sendo, pretende-se melhorar a qualidade de vida dos portadores desta doença assegurando sua sobrevivência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 392/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica introduzida a seguinte alteração na Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996:

“I - Fica acrescentado o inciso XXI ao parágrafo 1º do artigo 55:

‘XXI - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que, na condição de contribuinte substituído, deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a operações ou prestações que realizar sob o regime de substituição tributária.’

II - O item 1 da alínea “a” do inciso XII do artigo 56 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘1 - de ofício, da decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;’”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O atual texto da Lei nº 11580/96, em seu artigo 55, parágrafo 1º, inciso IV, alínea “a”, prevê a aplicação de multa de trinta por cento do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que “deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente” tratando com o mesmo rigor situações diversas, quais sejam, operações ou prestações nas quais houve a retenção antecipada do imposto em razão do regime da substituição tributária.

No primeiro caso, a não emissão ou entrega do competente documento fiscal influencia diretamente na subtração do imposto; no segundo caso, o imposto incidente sobre a operação ou prestação não documentada é de responsabilidade do substituto tributário não do contribuinte substituído.

Desta forma, com a aplicação da penalidade proposta estará sendo respeitado o princípio da proporcionalidade tributária.

A alteração proposta reduz a penalidade aplicada para dez por cento do valor do bem, mercadoria ou serviço para as operações ou prestações realizadas sob o regime da substituição tributária, em relação às quais não foi emitido o referente documento fiscal, pelo contribuinte substituído, qual seja, aquele que recebeu a mercadoria cujo imposto foi retido antecipadamente.

A segunda alteração presente neste projeto de lei eleva o valor de alçada para interposição de recurso de ofício da decisão favorável ao contribuinte em primeira instância, no curso do processo administrativo fiscal de instrução contraditória, para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Com esta medida pretende-se atender, em especial, às disposições do artigo 2º da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, tornando o processo administrativo fiscal mais simples e ágil, ao reduzir procedimentos burocráticos desnecessários, principalmente levando-se em conta que a autoridade singular que julga o processo, no caso o Delegado Regional da Receita, por estar mais próximo da situação de fato, tem boas condições de verificar a improcedência da medida fiscal.

Decorrerá, também, desta alteração uma redução no custo da administração tributária, sem gerar qualquer ônus ao contribuinte.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã em Sessão Extraordinária da CCJ, foi relatado pelo Deputado Elton Welter, em conjunto conosco, o projeto ou o parecer às várias emendas apresentadas ontem à Mensagem nº 015 do Governador, o Projeto de Lei nº 232/2005 que solicita autorização para contratar operação de crédito interno, e eu me anticipo aos discursos que certamente serão proferidos nesta Casa pelos diversos Parlamentares, que no legítimo dever e direito de defender o Estado do Paraná como um todo, apresentaram emendas para fatiar esse recurso inicial que está já carimbado para implantação num programa de desenvolvimento do turismo na região de Foz do Iguaçu, na região Oeste do Paraná, na região do Lago de Itaipu, até Guaíra.

Nós tivemos o pedido de vistas do Deputado Luiz Carlos Martins, o que fez com que o projeto não fosse aprovado novamente na CCJ da forma como veio do Governo do Estado. Por que da forma com que veio do Governo do Estado? Porque é a única forma que nós temos para implantar este programa que, com certeza, com um curto espaço de tempo propiciará com que não só as várias emendas apresentadas, mas mais ainda no setor de turismo possa ser canalizado pelo Governo.

Mas, para esta fase de negociação do programa, o BID, em conjunto com o Ministério do Turismo, solicitou que os estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentassem cidades que tivessem um perfil já consolidado de turismo. E o Paraná apresentou Foz do Iguaçu, e além de ter a consolidação do turismo teria que ter uma área de expansão em municípios vizinhos - foi apresentado a Costa Oeste. Mas o Governo, na própria mensagem, diz que a formalização desse contrato que necessita da autorização da Assembléia para a contratação do empréstimo, ele não veda a participação e a inclusão numa segunda, numa terceira fase de outras regiões.

Neste sentido, apelamos e logramos êxito para que o Deputado que pediu vista abrisse mão, mas como é prerrogativa manteve a vista e nós votaremos na segunda-feira pela rejeição das emendas e a transformação das várias emendas apresentadas em Plenário em indicações legislativas para que elas possam ser aproveitadas numa fase posterior a esta contratação do crédito que é o objetivo do projeto encaminhado pelo Governo, e para que nós possamos dar o pontapé inicial no desenvolvimento do turismo e principalmente no plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentado.

Por isso que eu subo à tribuna para fazer um comunicado aos demais Parlamentares que entendam que nesse projeto não cabe emendas porque é um projeto que

visa simplesmente cumprir com o dispositivo legal que o Governo só pode contratar empréstimos com aprovação desta Casa. As Emendas tinham o impeditivo do Artigo 68 da Constituição do Estado porque ensejavam o aumento de despesa porque teria que ser revisto aquele plano já apresentado anteriormente, no Ministério do Turismo que já está aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Deputado Barbosa Neto usará, além do horário do Pequeno Expediente, o horário de Liderança do PDT, quinze minutos.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, na tarde de hoje faço um alerta no sentido de contribuir com este Governo que aí está, às vezes nós somos confundidos com críticos contumazes, como se estivéssemos aqui apenas como franco atiradores. Quero deixar claro, Sras. e Srs. Deputados, que não somos agentes políticos, fomos consagrados nas urnas e temos essa responsabilidade, não em defender ou atacar, nem em criticar, muito menos elogiar mas sim trazer a esta Casa aquilo que está acontecendo no Estado do Paraná.

Na semana passada eu, desta tribuna, anunciava a situação caótica que vive o Hospital Universitário do Norte do Paraná com sede na cidade de Londrina, a ponto de um médico ter que desparafusar a maca de dentro da ambulância de um pequeno município para poder instalar precariamente, no corredor do Hospital que atende 180 municípios da nossa região, porque não havia vaga na instituição a que nós estamos nos referindo.

Agora, no dia de ontem, mais um caso que demonstra o estado caótico que vive a Saúde, no Estado do Paraná, mais uma pessoa morre por falta de atendimento em frente a uma unidade de Saúde. O fato aconteceu no Município de Ribeirão do Pinhal onde o aposentado, Eduardo Ribeiro, de 58 anos de idade, morreu por falta de atendimento médico. A imagem do Estado do Paraná é denegrida no momento que um tipo de notícia como essa é dada, com frequência, até nos últimos tempos.

Na semana passada foi a vez da D. Maria Inês Batista Pires, de 36 anos de idade, que morreu no interior do Hospital da Zona Norte por falta de um leito de unidade de terapia intensiva, na cidade de Londrina que possui cerca de cem leitos. Essa senhora deixa filhos de sete, dez e doze anos, perdeu a sua vida por falta de um leito de UTI.

Ontem foi a vez do Sr. Eduardo Ribeiro que teve que fazer uma verdadeira via crucis até perder a sua vida. Morador de um distrito de Ribeirão do Pinhal, em Triolândia, foi levado pelos vizinhos e familiares para o Posto de Saúde na cidade de Ribeirão do Pinhal. Ali não pôde

ser atendido, disseram que tinha que ser levado para o Hospital e Maternidade lá em Ribeirão do Pinhal, o que foi feito; e lá disseram: “Não, volta para o posto de Saúde”. Ele voltou e lá, sem dar entrada nesta unidade básica de saúde perde a sua vida!

Nós vamos ficar inertes diante de mais esta morte? De quem é a responsabilidade? Será que vamos ter mais e mais pessoas perdendo a vida porque não têm plano de saúde? Porque não tem condições de pagar por um atendimento particular? Que Estado é esse? Não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira; há três meses tivemos também casos semelhantes, onde quatro idosos morreram também no hospital da Zona Norte nos cinco conjuntos em Londrina. E agora parece que virou mania, virou rotina. E nós aqui somos taxados: aquele ali é Oposição. Não ouçam o que o Barbosa Neto fala. Não. Ele só fala mal do Governo.

Estou apresentando na tarde de hoje um requerimento ao Secretário da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, a quem tenho o maior respeito e consideração. Sou autor inclusive de uma moção de apoio, de um voto de louvor pelo trabalho que ele desenvolve na Secretaria. Sabemos das dificuldades, sabemos que hoje existe a gestão pela, que os recursos são colocados diretamente no Município. Mas a preocupação deste Deputado na tarde de hoje não é atribuir responsabilidade, eleger culpados, pichar este ou aquele. Estou falando de vidas humanas. Estou falando de pessoas que estão morrendo em frente a unidades básicas de saúde ou dentro dos hospitais. Seja por falta de leitos de UTI's, seja por falta de atendimento médico. É esse o comportamento isento que estamos trazendo na tarde de hoje. Não se trata de ser Oposição ou ser Situação. Repito, somos agentes políticos, temos responsabilidade para com a sociedade num momento em que estamos sendo expurgados, vítimas por maus políticos, também. Virou-se uma metralhadora giratória contra todos os Parlamentares. E não é assim que acontece na verdade. Não podemos ser vítimas disso tudo, não. Nesta Casa somos responsáveis, junto com os nobres Pares, estou aprendendo até com Deputados experientes como Deputado Anibelli, como o Deputado José Domingos Scarpellini. É a defesa dessa instituição que fazemos ao mesmo tempo nesta Casa de Leis.

Não queremos que a imagem do Paraná seja de negligência no setor de atendimento médico. Não se trata de criticar ou de elogiar, é uma constatação. Principalmente quando vemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal não vem sendo respeitada pelo Paraná, porque no ano de 2004 a obrigação Constitucional de se investir 12% na saúde foi desrespeitada. Apenas 7% foi investida. E aí coloca-se também saneamento, o que tem um entendimento divergente. Mas tudo bem isso passou em lei. Quem deve fiscalizar este caso é a sociedade que está cumprindo o seu papel. Aliás, louvo a iniciativa do promotor Paulo Tavares, que é da promotoria de defesa dos direitos de saúde do consumidor, que está fazendo uma apuração desse caso.

Quero fazer um requerimento, depois de concluída essa investigação, para que possamos trazer também, na qualidade de membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos do Consumidor, presidida pelo Deputado Scarpellini, fazer a nossa parte nesta Casa de Lei.

Não pode continuar acontecendo, nós não admitimos, que vidas sejam ceifadas por falta de atendimento médico, por falta de leitos. Não posso falar sobre regiões que eu não conheço, mas em Londrina, no Norte do Paraná, sabemos que existe a central de leitos, que avalia a integração dessa central com os hospitais regionais. Existem ali sob responsabilidade da 17ª Regional de Saúde 95 leitos, que talvez não estejam sendo bem utilizados, ou existe uma demanda muito grande. Queremos saber, inclusive da chefe da 17ª Regional de Saúde, quais os motivos que estão levando as pessoas a morrerem na cidade de Londrina ou no Norte do Paraná. Isso ocorre na minha região, e sobre essa região que temos que falar. É a região que temos responsabilidade. Quem deve fiscalizar a Secretaria Municipal de Saúde junto com o Governo do Estado, com 17ª Regional de Saúde, todos são responsáveis neste momento difícil. Porque não podemos confortar apenas com palavras os familiares do Sr. Eduardo Ribeiro que morreu em frente a um hospital por falta de atendimento. Nós agora não podemos embalar os filhos de sete, dez e doze anos da Sra. Marínes Batista Pires que aos trinta e seis anos de idade perde a sua vida por falta de um leito de UTI.

Enquanto isso a população cobra de todos nós, os impostos continuam sendo pagos, os investimentos deveriam ser realizados e isso infelizmente me parece não está acontecendo.

É a preocupação que nós trazemos na tarde de hoje, vamos aguardar por essa auditoria, nós sabemos da realidade difícil da saúde como um todo no Brasil, mas aqui no Paraná o investimento deveria ser maciço. Mais até do que se gasta em publicidade, mais até do que se gasta em outros setores, e eu, outro dia fui alertado inclusive por um Deputado que me considero colega e amigo acima de tudo, que disse - olha Barbosa cuidado com o que você está falando. Na tribuna, você está criticando demais esse Governo, eles têm informações privilegiadas, gravam os Deputados, como se a me intimidar. Como se eu não tivesse feito um juramento nesta Casa, levarei a cabo até o final de meu mandato.

Sou Deputado Estadual, preciso ter uma responsabilidade para com os meus eleitores. Acho que seria até sem graça para o Governo e para os demais Deputados, já existe uma esmagadora maioria do Governo nesta Casa. Acho até saudável para a democracia a divergência desde que haja respeito e isso o Governador do

Estado e os nobres Deputados da Situação não podem me acusar, porque sempre tive, em todas as oportunidades.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

O senhor que é o Líder do PDT, é nosso companheiro vibrante, defende as causas que V. Exa. acha.

V. Exa. está falando para a televisão, para a imprensa, para as gravações da Assembléia, para os visitantes, para os Deputados. As nossas palavras são nossas, nós respondemos por elas. V. Exa. é vibrante, é um Deputado guerreiro.

Mas, o Governador está construindo treze ou quatorze hospitais regionais. Agora estamos distribuindo 150 ambulâncias para os Municípios do Paraná. Associe-me a V. Exa. para comprarmos um hospital do Norte Pioneiro e estou à disposição. V. Exa. é nosso companheiro, merece nosso crédito, tem nos ajudado e tem nos criticado. E a Oposição é muito importante para nós. Estamos à disposição de V. Exa. para lhe ajudar em momentos difíceis como esse que V. Exa. relata de famílias. Que bom se pudéssemos salvar a vida de tantas pessoas. Os crimes, as ocorrências, os acidentes, as barbaridades que acontecem com a família brasileira e paranaense. Mas o senhor relata uma realidade, estamos com V. Exa. para ajudar neste caso específico, e o Governador, o PMDB e a nossa base aliada está procurando resolver os problemas que encontramos no passado, hospitais desassistidos e abandonados, tantos hospitais o Governador tem gasto, a nossa parcela do orçamento em coisas de interesse da nossa sociedade.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Cedo o horário da Liderança da Oposição para o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Quero já passar a palavra ao Deputado Valdir Rossoni e agradecendo por nos conceder os minutos preciosos da Oposição.

Apenas gostaria de fazer um comentário aqui, dito pelo Deputado Antonio Anibelli. V. Exa. como Líder do PMDB, com certeza, tem procuração do Governador para falar sobre essas questões. Gostaria que V. Exa. levasse essa nossa preocupação e sabemos desses investimentos. E são necessários urgentemente investimentos para evitar que pessoas como a Sra. Marínes Batista Pires e o Sr. Eduardo Ribeiro continuem morrendo, não vítimas dos acidentes, porque esses são imponderáveis e não há nenhum governo que possa prever e evitar a morte das pessoas.

Gostaríamos sim, que aquelas pessoas que já estão dentro das unidades de saúde ou aquelas que estão em frente das unidades de saúde, seja em hospitais, em unidades básicas de saúde pudessem ter o atendimento e o tratamento adequado, para que não morram nas filas, à espera de vagas. Há de se reajustar essa central de leitos que vem falhando, e não é de hoje.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (Sem Partido)

Queria dizer a V. Exa. que tenho acompanhado a saúde do Estado do Paraná e tenho tido boas notícias, principalmente da nossa região.

Nesta semana ouvi um comentário que foi noticiado inclusive pela “Agência Estado”, em que o Secretário Cláudio Xavier anuncia que, em caso de crianças que necessitam de uma UTI neonatal onde não tiver a UTI pelo SUS o Estado vai internar as crianças e vai pagar particular para salvá-las.

Isso nunca aconteceu fora do Paraná. É importante destacar aqui.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Existe inclusive na Constituição garantindo dentro do Código de Defesa dos Direitos Humanos, caso o Estado não possa dar o atendimento dentro da sua própria estrutura é obrigado por lei a fazer o pagamento do atendimento particular da pessoa.

O Sr. Jocelito Canto (Sem Partido)

Muitas coisas que estão na Constituição, infelizmente, não são cumpridas, diz que o cidadão tem muitos direitos que não são cumpridos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas somos legalistas, se queremos rasgar a Constituição, que sentido tem a nossa presença nesta Casa? Porque somos legisladores e temos que fazer as leis para melhorar a vida da sociedade.

O Sr. Jocelito Canto (Sem Partido)

Não estou pedindo para rasgar a Constituição. Pelo contrário, estou dizendo que a Constituição diz que tem que ajudar, tem que fazer isso ou aquilo e não diz de onde vem o dinheiro.

Em todo lugar tem problema, agora em Ponta Grossa tínhamos dezessete leitos de UTI, hoje temos quarenta e sete.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte, Deputado.

Gostaria de ceder um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Barbosa, regimentalmente o aparte são alguns segundos, porque senão o tempo que dediquei a V. Exa. daqui a pouco se exaure e não teremos oportunidade de fazer o debate.

Quero, Deputado Barbosa, cumprimentar V. Exa. pela atuação nesta Casa. Quando vejo V. Exa. aqui nesta firme atuação, parece-me que estou vendo um Parlamentar de dois, três mandatos, e é importante salientar que o senhor está aqui há apenas dois anos. V. Exa. tem sido um brilhante Parlamentar, combativo, um dos Deputados que sabe se posicionar nas questões do Paraná.

Então, cumprimento-o, enalteço aqui o seu trabalho e digo que lhe cedo o horário da Liderança da Oposição com muito orgulho, porque vejo a revelação de um Parlamentar que certamente com o tempo vai ficar cada vez melhor, porque hoje já está ótimo.

Quanto à questão da saúde, Deputado Barbosa, na verdade, estamos com o pronunciamento pronto para entrarmos na questão de quanto o Governo gasta na saúde. Foi matéria do Estado de São Paulo, foi matéria dos jornais de circulação no Paraná; e o Governo do Paraná não cumpre com a lei. Lembro muito bem quando aprovamos o orçamento do Estado, quando o Deputado André Vargas, junto com os Deputados de Oposição, enfrentaram aqui uma batalha para obrigar o Governo gastar a quantia que deve ser gasta mediante o que a Constituição exige. Não conseguimos, o Governo exigiu que colocasse no percentual a ser gasto na saúde, o saneamento. Aí numa luta que foi travada pelo Deputado André e pelos Deputados de Oposição...

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Luciano Ducci, inclusive.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Luciano Ducci. Perdemos. Ficou o saneamento, lamentavelmente mesmo com o saneamento o Governo não conseguiu gastar os recursos que a lei exige. Eu só cito o caso da região de União da Vitória, para não citar outras regiões. União da Vitória tem oitenta mil para atender dez municípios. Você imagine oitenta mil para atender dez municípios.

Então, é aquela via sacra todos os dias de ambulâncias, de ônibus, de pessoas que se deslocam do interior do Estado para serem atendidas na Capital. Por esta razão, somo-me ao seu pronunciamento, e digo que é muito diferente do que está nas propagandas, nunca vi tanta propaganda enganosa, de um Governo, como neste Governo, por isso que ele tem que gastar o que está gastando, porque quando é enganoso o custo é maior.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado, e pelas palavras elogiosas, dizendo que nós estamos aprendendo com os Deputados mais experientes desta Casa.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Sem Partido)

Deputado Barbosa, serei bastante breve. Mas, imagino como Londrina deve estar orgulhosa de um Deputado como V. Exa., pela sua luta, pela sua persistência, pela sua clareza; não só neste Plenário aqui, não, mas lá na Comissão de Constituição e Justiça a sua participação é da maior importância. Parabéns à Londrina por ter eleito um Deputado da envergadura como a de V. Exa.

A respeito da saúde, Deputado Barbosa Neto, apenas como contribuição, sabe o que temos feito aqui em Curitiba nesses casos? Mandamos para o Ministério Público - e ele tem agido prontamente.

E temos que enaltecer, neste instante, o Ministério Público. Encaminhamos tudo para o Ministério Público e essas pessoas são muito bem atendidas.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

É o que nós começaremos a fazer, a partir de agora.

Muito obrigado pelas palavras!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Concede um aparte, Deputado?

Deputado Barbosa Neto, também me associo à manifestação de apreço dos Deputados que já me antecederam. É oportuno fazermos uma consideração com relação ao seu pronunciamento.

Já fiz, em algumas oportunidades, dessa tribuna, pronunciamentos com relação a esse quadro caótico da saúde do Estado e, porque não dizer, em nível nacional. Prometeu-se tanto, muito pouco se fez, não há solução e o que eu percebo é que o Governo Estadual tenta se promover com chapéu alheio. Quem paga a conta da saúde dos paranaenses, na verdade, são os Prefeitos Municipais, lá na base, porque é lá que estoura o problema e o governo muito promete e nada faz.

Tenho presenciado, através de anúncios do Governo, milhões de investimentos feitos na área de saúde, eles nem fizeram e estão anunciando. É o caso dos hospitais regionais. Eu já afirmei e volto a afirmar que vão fazer novos elefantes brancos para estourar na mão dos Srs. Prefeitos Municipais do interior do Paraná. Os Srs. Prefeitos não têm coragem de levantar a sua voz porque dependem do Governo e eu reconheço essa situação.

O Governo está faltando com a verdade. Lembrome que encaminhei um expediente à Secretaria da Saúde com relação aos hospitais regionais. A informação e a resposta foi a seguinte: os hospitais serão feitos com a participação do Estado, da União e dos Municípios. Para minha surpresa, recebi, na manhã de hoje, uma resposta do Ministério da Saúde onde afirma não ter nenhum recurso disponibilizado para o Estado para construção de hospitais regionais no interior do Paraná. Portanto, fico surpreso e estarecido com essa resposta, porque o Governo afirma uma coisa e na verdade, na prática, é outra.

Eles estão promovendo, Deputado Barbosa, esses anúncios eleitoreiros porque até promoverem as concorrências dos hospitais regionais vai acontecer lá por dezembro deste ano; para iniciar a obra vai acontecer por fevereiro, março e aí, nas eleições, vamos ter quatro paredes dos hospitais regionais e o discurso eleitoreiro do Governador para tentar buscar o voto. A bomba vai estourar nas mãos do próximo Governador e dos Srs. Prefeitos Municipais. Isso é irresponsabilidade, sim!

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Para finalizar, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, quero agradecer os apartes que nos foram feitos e, principalmente, o que disse o Deputado Ademar Traiano que traz a esta Casa uma notícia altamente relevante e preocupante que vem em desencontro a tudo aquilo que nós estamos recebendo como informação.

Estamos aqui com a assinatura da assessora especial do Ministro da Saúde, que vem dar guarida às informações relatadas. Com muita preocupação, friso, recebemos do Deputado Ademar Traiano.

Quero agradecer, estamos além do tempo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna hoje é para mostrar o prejuízo que o Estado do Paraná está tomando com relação ao Porto de Paranaguá. Um exemplo: no ano de 2003 - do dia 01 de janeiro a 13 de junho de 2003 - descarregaram no Porto de Paranaguá 156 mil 386 caminhões carregados de grãos, em sua grande maioria, carregados de soja, isto é, as empresas, as cooperativas e os produtores exportavam os seus produtos pelo Porto de Paranaguá.

No ano de 2004 repetiu o número: cento e cinquenta e seis mil e quarenta e quatro caminhões descarregaram seus produtos no Porto de Paranaguá como um canal de venda de seus produtos de exportação, da soja, do milho, do trigo.

Agora, no ano de 2005, depois de toda questão polêmica que vivemos no período de 2004, nós temos, do dia 01 de janeiro a 13 de junho, só noventa e nove mil caminhões que chegaram ao Porto de Paranaguá para poder exportar os seus produtos. Cinquenta e sete mil carretas a menos utilizaram o Porto de Paranaguá. Isso é 36% a menos que no ano de 2004 e também do que o ano de 2003. São dois milhões de toneladas de grãos a menos exportados pelo Porto de Paranaguá.

E agora deixo a pergunta: para onde foram esses caminhões?

Nós sabemos que este ano teve uma quebra na safra paranaense como em Santa Catarina e também no Rio Grande do Sul. Mas, não tão significativa como essa diminuição de caminhões que leva o produto ao Porto de Paranaguá. Cinquenta e sete mil carretas a menos.

Acho que não precisa ser muito inteligente para perceber, nós não tivemos mais filas no Porto de Paranaguá. Isso tem um nome, chama-se: administração do Porto de Paranaguá. O irmão do Governador Roberto

Requião, o Eduardo Requião e a sua equipe, conseguiram fazer com que os caminhões carregados de soja fossem para o Porto de Santos, para o Porto de São Francisco do Sul, para o Porto de Itajaí.

Então, para vocês imaginarem e analisarem. Vejam o prejuízo do Estado. Vejam que a produção que era escoada por Paranaguá foi para os outros portos aqui do sul do País e também no Porto de Santos.

É isso que o resultado de toda essa polêmica do transgênico, da mudança de administração do Porto de Paranaguá, ocasionou ao nosso Estado.

Então, queria registrar esses números, mostrando a todos os paranaenses que tem alguma coisa errada. Que a administração do Porto não vai bem. Que o irmão do Governador não está tocando o Porto de Paranaguá como todos nós paranaenses esperávamos. Esta é uma situação real que acontece com o nosso Estado, no momento que está nas mãos da família Requião.

Quero perguntar à Mesa, Sr. Presidente, se o Sr. Airton Pisseti, Secretário da Comunicação Social, confirmou a sua presença no convite que o Deputado Tadeu Veneri fez a ele, para vir esclarecer certas questões tão polêmicas e que tanto tempo os paranaenses querem saber, como a denúncia que fez o Secretário Luiz Mussi. Quero agradecer o Secretário Luiz Mussi de colocar aqui o seu canal de televisão para poder levar a posição dos Parlamentares sobre aquilo que acontece no nosso Estado, a toda a sociedade paranaense, através do Canal 21.

Queremos saber, Sr. Presidente, da denúncia que o Secretário Luiz Mussi fez de que o Secretário da Comunicação Social cobra propina no momento que libera verbas. E também precisamos esclarecer aquilo que o Deputado Pastor Edson Praczyk trouxe à tribuna segunda-feira. Temos que conversar. O Secretário tem que vir aqui e pergunto: Senhor Presidente, quando ele virá? É hoje? Tem horário pré-marcado? O convite foi feito para que aqui ele estivesse no dia de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Plauto. Sinceramente não sei, porque assumi a Presidência no lugar do nosso Presidente efetivo, Hermas Brandão, e não sei se ele confirmou de vir ou não.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente. É para esclarecer o Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Já pedi à assessoria que entrasse em contrato com o Deputado Hermas Brandão. Pela ordem, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Nós fomos informados na bancada do Governo, que o Secretário da Comunicação Social, na palavra do

nosso Governador, para efeito pedagógico, virá à reunião da Comissão de Ética da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado, pela informação, Deputado Rafael Greca.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para efeito pedagógico, não. Tem que vir aqui explicar se ele pediu dinheiro para o Mussi, para o Canal 21, ou não. Tem que explicar quem são os Deputados que vão lá pegar verbas do Governo para suas rádios. Não é com efeito pedagógico que queremos a presença do Dr. Pisseti aqui na Assembléia Legislativa do Paraná. Eu não estou precisando de pedagogia, principalmente, com do Pisseti. Quero, sim, algumas explicativas.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cansado de estar aqui falando que as cadeias estão cheias, lotadas e que solução nenhuma é dada pelo Sr. Secretário da Segurança neste Estado, para os presos que estão encurralados dentro das cadeias do Paraná. Venho, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para falar da falta de segurança no Paraná e em Curitiba, com mais de cinco mil seqüestros relâmpagos dentro da cidade e as pessoas nem vão à polícia para dar queixa. São promotores, juízes e empresários, que são todo dia seqüestrados nos famosos seqüestros relâmpagos e não vemos nenhuma solução para este problema que vem se avolumando e tomando uma dimensão muito grande.

O que estamos vendo é a batida que é feita lá na Vila Pinto, na antiga favela Pinto, para prender os ladrões que por ali ficavam, arrombando carros parados, fazendo assalto à mão-armada. Mas esta batida da polícia chegou muito tarde e só chegou depois que a Sra. Maristela Requião foi assaltada.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa dissimulação de querer “tapar o sol com a peneira” temos que dar um chega, um basta. Está na hora de o Governo do Paraná explicar, porque em mais de duzentas cidades do interior não temos delegado de polícia, viatura policial, não temos uma ação efetiva. Agora, cria-se mil cargos ou vai se abrir um concurso para mil policiais, para prestar serviço à Polícia Militar do Paraná, enquanto que vimos que em Minas no primeiro ano de Governo que lá está, do Aécio Neves, criou-se cinco mil cargos e depois se criou dez, totalizando quinze mil novos policiais militares, para o Estado de Minas Gerais. Enquanto que aqui no Paraná vem-se com uma proposta de mil policiais, para atender aos quatrocentos municípios paranaenses.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados: isso não basta para que possamos realmente dar à nossa população a tranquilidade que o povo paranaense merece.

Temos visto, sim, o alto índice de criminalidade em Londrina, Foz do Iguaçu, Curitiba, que ultrapassam os índices da Baixada Fluminense e Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Portanto, fica aqui o nosso protesto ao Governo do Paraná, que não acabou com o pedágio e nem baixou, não resolveu o problema do Porto de Paranaguá, não recriou o IPE, não reajustou o salário dos funcionários públicos, quer da ativa ou inatividade. E nós vemos, então, que nada disso se revolveu.

Mas, quero também falar, nesses trinta segundos que me restam, sobre um homem que formou-se em medicina, Sr. Moisés Paciornik.

Nascido em 1914, formou-se pela Universidade Federal do Paraná em 1938 e, com sessenta e sete anos dedicados à medicina paranaense, eu não poderia deixar de passar pela tribuna da Assembléia neste mandato sem prestar uma homenagem a esse honrado homem paranaense, que está completando noventa anos de idade neste ano e sessenta e sete anos de serviços prestados à causa da saúde paranaense.

Parabéns ao Dr. Moisés Paciornik e à sua família!
Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a respeito da Comissão de Ética e o caso do Secretário Pisseti eu não estava em Plenário. Ele virá à Comissão de Ética?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É a informação que nos dá o Presidente Hermas Brandão, que enviou correspondência ao Secretário hoje para que marque a data para vir até a Comissão de Ética.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Comissão de Ética que tem como presidente o Deputado Nelson Garcia. Exato?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Nelson Garcia, exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Então, gostaria de aproveitar e solicitar ao Deputado Nelson Garcia que fizesse uma pergunta ao Secretário da Comunicação, Airton Pisseti: Por que até agora - e não estou advogando em causa própria, porque os senhores me conhecem e sabem que não faço isso - mas, por que até hoje o Governo do Estado não programou mídia técnica na Rádio "Banda B" de Curitiba?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que proceda essa informação ao Deputado Nelson Garcia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não. Não há questão de ordem a se resolver.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Apucarana Sebastião Felício, que veio aqui homenagear a nossa Assembléia com a sua presença.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado e esta Presidência junta-se a V. Exa. para desejar a ele as boas-vindas.

Muito obrigado!

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho aqui para tratar de um programa que está dando certo, que trata da recuperação das bacias do Paraná 3. O programa chama-se: Cultivando Água Boa. Esse programa, que é administrado pela Itaipu Binacional, é tocado pelo Diretor de Coordenação, Nelson Friedrich, e na última sexta-feira foi assinado, na cidade de Matelândia e Céu Azul, onde as comunidades do Lajeado Xaxim e do Rio Sabiá fizeram esse pacto, esse entendimento de recuperar essa bacia desses dois rios.

E vejam só como as coisas são interessantes quando se dialoga política pública com a sociedade organizada e aqui, no caso com os agricultores, que no passado foram motivados, inclusive com financiamento público, para destocar toda a propriedade. E agora, juntamente em uma parceria com a Itaipu, com a Secretaria do Meio Ambiente e lá estava representando o Sr. Adir Parisoto, que é o chefe do setor do meio ambiente da cidade de Toledo, que envolve todo o núcleo da região oeste no tocante à recuperação da mata ciliar. O envolvimento foi tamanho que todos são co-responsáveis, inclusive o setor produtivo, aqui no caso a cooperativa Lar, representada pelo Sr. Irineu, que é o Presidente da Cooperativa, também é parceiro.

Então, comunidade, governo, setor produtivo, tocando uma política pública para garantir a questão do futuro.

Hoje não se concebe mais iniciar qualquer política pública, seja na área ambiental ou outra área, se não houve um debate permanente com a sociedade organizada. A sociedade precisa saber que as políticas públicas que num caso como este de recuperar os rios da bacia do Paraná 3, desse programa Cultivando Água Boa, é para garantir futuro para aquelas propriedades, para aquelas famílias, para o futuro das nossas crianças, dos nossos

filhos, dos nossos netos, e naturalmente também evitar a erosão, recuperando os rios, as nascentes, no caso aqui da bacia do Paraná 3 que é a bacia que faz parte da represa do Lago de Itaipu e que evita o depósito de sedimentos que vão pelos leitos dos rios e acabam ficando dentro do Lago.

Então, este programa está dando certo, foi lançado, já estão plantando as árvores na mata ciliar dessas duas bacias, ele vai ser feito em toda a bacia do Paraná 3, é um projeto de médio e longo prazo, e que realmente está orgulhando, vai orgulhar o Paraná, vai orgulhar o Brasil e vai orgulhar o mundo. No mesmo lugar que no passado se financiou que é a região oeste, dá para se dizer que é o celeiro de produção agropecuária do Paraná e do Brasil pela quantidade de produção, hoje dá exemplo de recuperação, garantindo a questão da biodiversidade, a recuperação dos rios e fazendo com que no futuro seja exemplo, inclusive, para, quem sabe, questões turísticas por causa desse exemplo que dá esse programa que é tocado pela Itaipu Binacional, através do competente Diretor da Itaipu, companheiro Jorge Samek e que realmente essa parceria foi celebrada com os municípios nessas áreas que envolvem a bacia do Paraná 3.

Então, era este o comunicado que eu queria deixar neste dia de hoje e tenho certeza que este programa Cultivando Água Boa é um programa que certamente vai funcionar e vai se perpetuar, vai ficar permanentemente até que se conclua toda a recuperação das águas das nascentes da bacia do Paraná 3. Isto vai servir de orgulho para o Brasil, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Hermes Fonseca, por cinco minutos, no Pequeno Expediente.

Deputado Hermes Fonseca (PT)

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi ontem aqui na Casa, uma comissão de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esses servidores fazem parte de uma comissão estadual do Paraná em prol da unificação da carreira dos servidores no Ministério da Agricultura. Tomei a liberdade de arvorar, de acordo com as reivindicações deles, quatro indicações que serão encaminhadas através desta Casa, depois de receber o apoio dos Pares, ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil e ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esta reivindicação, é justa porque no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento existe um número muito grande de servidores que não tem ainda um plano de carreira. São diversas funções, dentre elas laboratoristas, biólogos, inspetores de café, técnicos de laboratório, técnicos de colonização, economistas operacionais e de

pecuária. Enfim uma grama de categorias que não são contempladas ainda no plano de carreira.

Mas, neste momento, a reivindicação que nós fazemos, através desta Assembléia, é para que haja a concessão de uma gratificação técnica para esses servidores que estão ainda fora do plano de carreira. Esta reivindicação precisa do apoio político desta Casa, é esta a reivindicação que esta Comissão de servidores do Ministério pede a nós.

Elaborei as indicações que estão na Mesa, serão objeto de votação desta Casa e ao final vou entregar também um documento endereçado a cada um dos Srs. e Sras. para que analisem este fato e se puderem, isoladamente também, fazer algum tipo de expediente endereçando a esses Ministérios, especialmente ao Ministério da Agricultura e Planejamento para que o plano de carreira que está sendo discutido por uma comissão técnica possa ser apressado.

Gostaria que cada um dos Srs. refletisse sobre isso, vou pedir para entregar o documento a cada um dos Srs. para que, somando com a intervenção pessoal de cada um, nós possamos fazer com que essas indicações repercutem em Brasília e possam dar uma força grande nesse processo de reivindicação dos servidores do Ministério da Agricultura, Planejamento e Pecuária.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Rafael Greca, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Presidente da Federação Paranaense de Beisebol, Dr. Francisco Tan acompanhado do Sr. João e outro companheiro.

Obrigado pelas presenças.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Também em nome do Deputado Reni Pereira gostaria de registrar a presença do Prefeito Ademar Klein, de Altamira do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Com a permissão do Deputado Rafael Greca.

Sr. Presidente, nós teríamos hoje, segundo o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri, a presença do Secretário Pissetti. V. Exa. poderia informar a este Parlamentar se ele virá à Casa hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, o Deputado Hermas Brandão nos informou que enviou a correspondência da Assembléia hoje para que ele venha à Comissão de Ética.

Foi essa a informação que eu recebi do Presidente Hermas Brandão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, nós gostaríamos de, em nome da Oposição, fazer um pedido a V. Exa. que neste momento representa o Presidente, que fosse comunicado à Oposição, antecipadamente, o dia e a hora que estará presente o Secretário da Comunicação, nesta Casa, para que não sejamos apanhados de surpresa porque temos muitas questões a discutir com o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou solicitar ao Deputado Hermas Brandão que comunique aos Srs. Deputados, obviamente, a vinda do Secretário da Comunicação que deverá ser comunicada a ele, dia e hora.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a V. Exa. e peço desculpas ao orador, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para falar da urgência de um programa de produção de biodiesel, no Paraná, biocombustível que tornará o Brasil salvador do mundo.

(Lê):

“Estamos vivendo o fim de uma era.

Está para acabar a era dos combustíveis fósseis.

Nos EUA, tem petróleo para apenas três anos. O Japão não tem reservas de petróleo. Sem petróleo, as chamadas nações ricas, viram sucata. “Vivemos um período muito perigoso, com a incompetência gerindo o Brasil, nação chave para o futuro da humanidade”. Conclui Bautista Vidal, no Governo Geisel, criador do exitoso programa nacional Pró-Álcool.

No chamado Primeiro Mundo, desenha-se o Apocalipse now, o Apocalipse imediato.

Diz Bautista Vidal, “a revista Fortune referiu existir relatório secreto do Pentágono, anunciado iminente cataclismo mundial, pela fusão da calota polar antártica. Inundações de até 120m de altura, em todas as latitudes. O fim de cidades como NY, Rio, Buenos Aires. O mesmo relatório fala em clima ártico na Inglaterra. Seriam indícios a ocorrência, cada três meses, de cinco furacões nas Antilhas. A média antiga era um furacão a cada cinco anos. O Governo Bush, mesmo assim, estupidamente, resiste aderir ao protocolo Kyoto, contra o efeito estufa”.

O que nós, brasileiros, temos insistido em ignorar, é que o Brasil, pelas suas reservas energéticas, de terra, sol e água, pode ser o Paraíso para sempre.

Num recente encontro mundial de energias renováveis, alguém disse que, na era dos biocombustíveis, o Brasil se tornaria uma nova Arábia Saudita. Um cientista inglês completou: “forever”. Para sempre.

Bautista Vidal vê futuro para o Brasil, com o fim da era dos combustíveis fósseis. Nossa extensão conti-

mental, nos trópicos inundados de sol, credenciam nosso país a ser produtor não só de álcool, mas de biocombustíveis. Quais o biodiesel, de mamona, soja, girassol. A dizer que o Brasil será salvador do mundo, o engenheiro Vidal ainda não conhece o biodiesel paranaense de bagaço e palha de cana-de-açúcar, idéia que prospera na fábrica Raudi, em São Carlos do Ivaí.

A produção de combustível a partir do bagaço da cana-de-açúcar, por nós chamado de “Diesel doce”, já desenvolvida no interior do Estado, pode mudar o perfil energético do Brasil e do mundo.

Dedicam-se a exploração desta atividade empresas genuinamente nacionais, titulares de tecnologias totalmente brasileiras, criadas e desenvolvidas de forma autônoma.

Fazer combustíveis de bagaço de palha de cana, significa aproveitar integralmente a energia do setor sucro-alcooleiro. Hoje, 75% do potencial energético é desperdiçado. Só se aproveita 25% com a produção de açúcar e álcool.

No processo de produção de biodiesel, os resíduos da fermentação alcoólica da COOPCAN (CO₂), antes despejados na atmosfera, têm o potencial de gerar o único bicarbonato verde do mundo, além de centenas de empregos para os paranaenses.”

O Governador Roberto Requião deve inaugurar ainda este ano a fábrica de bicarbonato verde em São Carlos do Ivaí. É evidente que a substituição de gás carbônico de fonte fóssil, por gás carbônico que seria descartado na atmosfera de grande visibilidade ecológica nacional e internacional ao Paraná.

O Paraná pode ter, logo, a primeira fábrica de biodiesel doce do mundo. Vai se desenvolver com a gaseificação do bagaço da palha da cana-de-açúcar em escala comercial para gerar um gás de síntese que passará por uma transformação química e virará singular o biodiesel doce. A se considerar que seis quilos de bagaço de cana geram um quilo de diesel ou 1,25 litros de biodiesel doce.

Pense que o Norte e o Noroeste do Paraná com cerca de trinta usinas de cana poderá gerar através do bagaço e palha de cana-de-açúcar, hoje queimados ou espalhados sobre a terra, o expressivo volume de dois bilhões e duzentos milhões de litros por ano de combustível biodiesel doce. E mais quatrocentos empregos por usina. Estou falando à Assembléia e ao Paraná de doze mil e quatrocentos novos empregos. Tal produto, o biodiesel, impactará de forma altamente positiva na matriz energética do nosso Estado, tornando-o um exportador de energia. A produção de biodiesel doce coloca o Paraná na vanguarda mundial do protocolo de Quioto que é o protocolo de efeito estufa, sendo o primeiro projeto economicamente viável e sustentável a ser implementado no mundo.

Ademais o produto biodiesel doce enquadra-se perfeitamente nas portarias da agência nacional de petróleo porque é altamente semelhante ao diesel que provém do petróleo, porém, é muito mais puro. Tal fato implica

numa significativa melhora do bem-estar da população dos grandes centros urbanos.

Mais créditos de carbono para o Paraná nos termos do protocolo de Quioto. Cinco milhões e quinhentas mil toneladas de crédito de carbono sem falar no alívio das importações de óleo diesel e poluidor, pois as usinas do Paraná passarão a ser auto suficientes.

Estou falando da criação de um combustível a partir de bagaço e palha de cana-de-açúcar o biodiesel doce que permitirá a venda do litro a 25 centavos de dólar ou setenta centavos de real, muito mais barato do que o litro de petróleo que hoje se vende. Desse modo, o uso desse combustível fica qualificado para ônibus e carros urbanos, pois é um combustível ambientalmente correto, sem geração de nenhuma poluição quando da sua queima, pois não liberará óxidos de nitrogênio, nem dióxido de enxofre, nem partículas de carbono. Sequer liberará fuligem. Essa idéia brasileira precisa de parceria brasileira.

Nós queremos que a COPEL entre nesse negócio, queremos porque os seus acionistas privados e o setor público serão bem remunerados pelo mercado de combustíveis renováveis e ambientalmente corretos. Este é o mercado do futuro. O mercado do futuro é o mercado do biocombustível. A Europa, como se sabe, é obrigada até dois mil e dez a consumir até 20% de combustíveis renováveis pela sua legislação ambiental.

No mais há o aspecto social desse projeto, os cortadores de cana que uma parte do ano ficam mendigando cestas básicas na porta de Prefeituras, como a de São Carlos e de Santa Isabel do Ivaí, poderão ter emprego o ano inteiro e será agregado o valor a um produto como o bagaço e a palha da cana-de-açúcar que hoje é lixo ou mero adubo orgânico “O que não se faz, não existe”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso fazer o futuro. Esse exemplo não tardará a ser transferido ao Brasil, onde existem quatrocentas usinas de açúcar e de álcool.

Queremos a Fundação no Paraná de uma BIOBRAS, melhor do que a PETROBRAS. Uma fábrica capaz de fazer honra à memória dos grandes brasileiros Monteiro Lobato e Getúlio Vargas.

Entreguei a lei ontem à apreciação da Assembléia. Espero que a CCJ a acolha, porque é dever dos Deputados propor boas idéias. Não é dever dos Deputados apenas dizer amém ao Poder.

Diz o meu projeto:

(Lê):

“Art. 1º Fica instituído o programa de produção de biodiesel paranense, que será executado mediante o esforço conjunto do Poder Executivo estadual e da iniciativa privada, visando a produção de óleo combustível mediante o aproveitamento de matéria prima derivada de resíduos vegetais.

Art. 2º É facultada ao Estado do Paraná a execução indireta do programa de produção do biodiesel, dele-

gando-a a particulares, mediante concessão ou permissão.

Art. 3º Na celebração dos instrumentos de formalização da execução indireta, o Estado do Paraná priorizará o aproveitamento de matéria prima produzida no território do Estado bem como o potencial de geração de empregos e de recolhimento fiscal.

Art. 4º O acompanhamento do programa de produção do biodiesel poderá ser acompanhado por instituições de ensino superior com as quais o Estado mantenha acordo de cooperação ou venha a celebrá-lo, sendo vedada contudo a transferência de tecnologia.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.”

Assim, a fábrica de biodiesel, a partir de bagaço e palha de cana-de-açúcar, poderá se tornar realidade.

A nosso pedido, por determinação do Governador Requião, o projeto Biodiesel Doce foi recentemente avaliado pelo TECPAR. A resposta veio positiva:

“sob o aspecto técnico, a resposta da Raudi nada contém que a desabone. Consideramos que atualmente, qualquer processo que tenha como proposta a transformação de resíduos da biomassa sub-utilizados, a exemplo do bagaço da cana, em biocombustíveis é de grande interesse. Deve-se levar em consideração que a tecnologia de gaseificação desenvolvida com o IPT parece constituir uma base sólida para o projeto, uma vez que aquela instituição tem capacidade técnica e seriedade comprovadas. A tecnologia a ser utilizada na segunda etapa do processo (processo Fischer Tropsch), é vista como uma tecnologia de futuro e de grande potencial para a produção de biocombustíveis líquidos, tendo sido assim citada pelos pesquisadores do Centro de Desenvolvimento da Volkswagen em Wolfsburg - Alemanha, durante nossa visita à empresa em dezembro de 2004. Entretanto, apesar dos grandes atrativos que o projeto oferece, nos parece primordial um completo estudo de viabilidade econômica e a clara definição da exata atuação do Estado do Paraná dentro do projeto, bem como seus benefícios potenciais.”

Então, como V. Sa. pode observar na conclusão do TECPAR, nossa tecnologia é de futuro e pode tornar o Estado do Paraná líder mundial na produção de biodiesel doce, tornando assim um exemplo para outros Estados brasileiros que tenham também potencial, e mais Sr. Governador, nosso biodiesel doce é economicamente viável, não depende de subsídios do Governo Federal, aliás, o Governo Federal parece condenado por aquela cegueira com a qual os deuses punem aqueles que querem destruí-lo. Lula finge que não vê que o país está indo à solta, e que réu é o seu Governo no processo Roberto Jefferson. Se o Governo Federal não precisa entrar nesse projeto de biodiesel doce, o Governo do Paraná entrando através da COPEL, designando técnicos para isso, poderá gerar um número expressivo de empregos no interior do Estado,

gerando riqueza em cima de um subproduto que atualmente é queimado, o bagaço e a palha da cana-de-açúcar.

Tal produto, o biodiesel doce, impactará de forma altamente positiva na matriz energética do Estado do Paraná, tornando-o um exportador de energia.

A produção do biodiesel doce, Deputada Cida Borghetti, lá na sua região de Maringá, coloca o Estado na vanguarda mundial do protocolo de Kyoto, sendo o primeiro projeto economicamente viável e sustentável a ser implementado no mundo. Não é possível que não prestem atenção, não é possível que não percebam que Maringá pode ser a nova Riadi numa Arábia Saudita que não vai acabar nunca, não é possível que não percebam que o biodiesel doce, enquadrado nas portarias da Agência Nacional de Petróleo, com investimento de trinta milhões de reais, poderá colocar o Paraná na vanguarda do mundo, na vanguarda da geração de créditos de carbono de acordo com o Protocolo de Kyoto.

A ONU acolheu o projeto do biodiesel doce no seu programa "Clean Development Mechanism", programa do desenvolvimento limpo. O link na internet: <http://cdm.infccc.int/methodologies/publicview.html> mostra todos os detalhes desse programa extraordinário e redentor para o Brasil.

Espera-se que o projeto, de imensa dimensão econômica e estratégica, receba o apoio desta Assembléia e do Governo do Paraná, e que seja criada aqui a maior empresa de biocombustíveis do mundo, aquela que transformará o Brasil numa metáfora de prosperidade, numa Arábia Saudita para sempre, aonde o petróleo, aonde o combustível nunca se acabará, com a vantagem de que a prosperidade da Arábia Saudita é baseada em combustível fóssil, que está se acabando. Mas estamos falando numa prosperidade baseada num combustível feito de bagaço e palha de cana-de-açúcar.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes, o futuro aparece aos mortais como uma mulher bonita, desapercebida, cavalcando um cavalo rápido. Essa mulher tem a nuca pelada e só dois fios de cabelo na frente da testa. Quem não agarra essa ocasião, quando vai agarrá-la para tentar subir na garupa do cavalo do futuro, já não consegue mais e aí a fortuna, a ocasião diz aos mortais: "você não subiu na chance, no futuro que te ofereci!"

A ocasião é veloz, a ocasião é agora, a ocasião está passando. Se nós não a agarramos, restará conversar com o irmão da ocasião que vem atrás, ele não vem a cavalo, ele anda de muletas, ele é lento e míope. O irmão da ocasião se chama arrependimento. O mundo não pode prescindir da grandeza do Brasil e da certeza do Paraná em perceber que tem que criar aqui a fronteira da produção de biocombustíveis e a primeira fábrica de biocombustíveis do mundo. A COPEL foi preservada para o Paraná para ser esse instrumento, a hora é agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço também o apoio da Assembléia para três outros projetos de minha autoria. Um projeto diz respeito às mulheres e dispõe sobre a proibição de práticas de visitação nas penitenciárias mediante agachamento frontal na presença de menores. As crianças estão sendo escandalizadas na revista das mulheres dos presos, porque as mães são revistadas na frente dos seus filhos. Isso é contra a Lei de Deus que manda não escandalizar os inocentes.

Peço, também, o apoio da Assembléia para um projeto de lei que dispõe sobre a preferência de idosos no pagamento de precatórios estaduais, porque as pessoas podem morrer antes que seus precatórios lhe sejam pagos. Peço, ainda, o apoio da Assembléia para um projeto que dispõe sobre o Programa Justiça Para Todos, a ser ministrado nas Ruas da Cidadania, nas praças públicas, da forma como já faz informalmente a Juíza Dra. Joeci de Camargo. Quero que esse projeto de democratização da Justiça seja estendido a todos os municípios do Paraná nos termos do que sonhei para as minhas Ruas da Cidadania na minha adorada Curitiba.

Todas as vezes que vamos ao interior, fica sempre aquela lenga-lenga de dizerem que só puxamos projetos para Curitiba. O que estou propondo com o Biodiesel Doce e com o Programa Justiça Para Todos é a transformação do interior do Paraná na matriz energética do Brasil. É a revogação do interior, porque na hora em que o combustível for produzido em São Carlos do Ivaí, na região de Maringá, Curitiba é que vai precisar do dito interior.

Esse complexo de inferioridade do interior contra a capital vem muito da ausência de idéias que, muitas vezes, existem no interior, mas, hoje, neste momento da nossa história, só o interior nos salvará e, enquanto brilhar o sol sobre a terra, apenas o biocombustível poderá ser produzido para substituir o petróleo.

Era isso. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado, Deputado Rafael Greca.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PP.

(**Declina**)

Consulto a Liderança do PPS.

Com a palavra o Sr. Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade, na semana passada, de realizarmos nesta Casa um seminário sobre Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Paraná. Porque consideramos a urgência em se ordenar o uso dos recursos hídri-

cos, superficiais, subterrâneos no Estado e compatibilizá-los, as demandas e as disponibilidades hídricas, através da prática dos fundamentos da política estadual de recursos hídricos.

E das conclusões retiradas desse encontro, as principais foram as seguintes:

- inclusão de dispositivos do Projeto de Lei nº 343/2005, que está na Casa, para que ela contemple de maneira diferenciada a participação dos municípios que detêm grandes áreas territoriais submetidas a critérios de preservação de mananciais de abastecimento público - em consonância com os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 59 que é a Lei do ICMS Ecológico - e também nos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, visando compensatoriamente suprir suas necessidades de desenvolvimento sócio-econômico;

- para nós é bastante importante que haja também uma atualização da legislação pertinente ao ICMS ecológico, que o Deputado Neivo Beraldin tão bem conhece, revendo o seu caráter compensatório aos municípios e incluindo a questão da destinação dos resíduos sólidos, do controle de cheias e da aplicação dos recursos - tenho a impressão que seja o momento oportuno, o Deputado Neivo em tempos anteriores já havia levantado a necessidade de voltarmos a discutir e voltarmos a aprofundar a questão desta lei;

- a compatibilização entre o Fundo Estadual do Meio Ambiente, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo de Proteção a Mananciais e o ICMS Ecológico, visando a destinação de recursos em função da sua similaridade de aplicação em preservação e recuperação de mananciais de água para abastecimento público;

- agilização das condições organizacionais, administrativas, técnicas e operacionais do órgão gestor dos recursos hídricos do Paraná (SUDERHSA), para o exercício das funções de agência da bacia hidrográfica, promovendo a participação dos municípios e da sociedade organizada não só nos comitês de bacias, mas principalmente nas etapas de formulação dos planos de bacia hidrográfica e nos critérios de cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos;

- agilização da concepção dos planos de bacia hidrográfica e da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos, estabelecendo prioridades regionais para a sua implementação em função da magnitude dos conflitos existentes no uso dos recursos hídricos e visando a operacionalização do fundo estadual, buscando concomitantemente aportes financeiros complementares - da União, do Estado, antecipação de recebíveis - para a disponibilização de recursos a curto prazo;

- desenvolvimento urgente de estudos sobre o Aquífero Guarani - ainda outro dia tivemos uma palestra nesta Casa do iminente Dr. José Roberto Borghetti e de outros companheiros da Universidade Federal quando tratávamos aqui do Aquífero Guarani - visando o equacionamento suplementar das disponibilidades hídricas para o desenvolvimento sócio-econômico do Paraná;

- a promoção de uma moção contrária à PEC 43/2000 que está em tramitação no Senado Federal e propõe que a titularidade das águas subterrâneas seja exclusiva da União. É urgente que todos nós nesta Assembléia nos unamos para subscritarmos uma moção que seja encaminhada aos Senadores paranaenses e a todos os Senadores brasileiros contra esta PEC que quer retirar os direitos dos Estados de exploração das suas águas subterrâneas;

- adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial para o planejamento do desenvolvimento regional e para a atuação administrativa do Governo do Estado do Paraná;

- adoção do critério da disponibilidade hídrica como fator disciplinador do planejamento do desenvolvimento regional do Estado do Paraná.

Estas sugestões que foram retiradas deste seminário, nós queremos encaminhá-las à Presidência desta Casa e estaremos encaminhando ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Diretor-Superintendente da SUDERHSA, ao Secretário do Meio Ambiente, enfim, ao Secretário do Planejamento, porque entendemos que a discussão dos recursos hídricos, a partir de agora, da forma como está, no projeto de lei que vem para esta Casa, para ser votado, ampliando os poderes da SUDERHSA como órgão gestor devem estar bem disciplinados, para que tenhamos dentro do Estado do Paraná um equilíbrio entre aqueles que consomem, que necessitam da água no seu dia-a-dia, para a sua sobrevivência, para a sua subsistência, com aqueles que têm o dever de manter, preservar e, principalmente de estar permanentemente zelando por esses mananciais e muitas vezes trazendo para os municípios um decréscimo do seu ganho, quando eles não pode desenvolver atividades industriais.

Recentemente, eu louvo aqui novamente ao Deputado Neivo Beraldin, que apresenta um projeto de distritos industriais não poluentes, que possam ser aplicados a estas áreas. Mas, mais do que isso, Deputado Neivo, precisamos pensar no futuro, em todos os momentos naqueles municípios que hoje têm a obrigação e o dever de zelar pelos nossos mananciais. Há que se aplicar, sim, nestes municípios, boas condições, para que possa desenvolver uma boa educação e uma boa saúde e para que possa, principalmente, dar uma resposta melhor a cada um de seus cidadãos que tanto contribuem, para que possamos no dia seguinte ter a boa água para beber.

Quero oferecer a esta Assembléia esta questão dos recursos hídricos e quero oferecer também que possamos continuar mantendo, através deste grupo que inicia o seminário, a discussão deste tema tão importante para o mundo, para a população brasileira, mas fundamentalmente importante para o povo paranaense.

Nós, particularmente, da região metropolitana, sabemos da dificuldade que teremos com relação aos recursos hídricos dentro de muitos poucos anos. Projetamos para dez a quinze anos à dificuldade com a água, para o fornecimento da nossa população nos níveis de crescimento que estamos tendo. É mais do que justo que

os municípios que utilizam as suas áreas para preservarem, sejam recompensados e tenham um planejamento inteligente por parte do Governo do Estado e que possa assisti-lo em todos os momentos.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Se V. Exa. me permite, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Ao mesmo tempo pedir a V. Exa., Deputado Isfer e aos outros Deputados, para que nos ajudem a gerenciar junto ao Governador Requião, no sentido de criarmos esse incentivo fiscal, para a criação dos distritos industriais ecológicos. Porque conforme V. Exa. diz, as pessoas precisam trabalhar mais perto da casa. Temos uma estação desigual em termos de receita, embora o ICMS Ecológico esteja dando uma compensação aos municípios, mas não é suficiente. Precisamos criar esses parques industriais ecológicos, para ordenarmos o crescimento. A região que comporte indústrias que poluem, que sejam colocadas nesses municípios. Esses municípios que têm vocação ecológica, que coloquem indústrias ecológicas e que seja dado incentivo para eles em emprego e economicamente também.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Agradeço Neivo. Justamente a intenção desse seminário era nesta linha. Tenho certeza que V. Exa. terá o apoio não só nosso, mas de toda a Casa, com relação aos distritos não poluentes. Mas havemos neste momento que discutirmos o gestor de recursos hídricos, quem fará essa gestão, a forma como deverá ser efetuada, a criação do Fundo Estadual.

É mais do que importante que mantenhamos essa discussão viva dentro da Assembléia para que, neste momento, não deixemos passar a oportunidade e roguemos também aos nossos companheiros deputados federais que não permitam que as nossas águas subterrâneas sejam todas somente de exclusividade da União Federal.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA

Deputado Augustinho Zucchi, que preside a Assembléia Legislativa nesta quarta-feira.

Ontem recebi uma matéria que me deixou profundamente contente e por isso quero, neste momento, parabenizar o Governador Requião pelo seu desempenho nas pesquisas de opinião pública. O Governador Requião foi avaliado de forma positiva por 74% dos eleitores do Paraná, através da pesquisa da Revista “IstoÉ” e o Insti-

tuto DATABEM e isso foi divulgado esta semana pela Revista “Isto É”.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que o Governador Requião assumiu o Governo do Paraná em um período de enormes dificuldades, um período de “vacas magras”, com problemas de todas as ordens, de todas as cores e de todos os volumes. E graças a uma administração séria, firme e arrojada, hoje o Estado do Paraná dá exemplo, em quase todas as áreas, de como se administra um Estado. Não moramos em uma ilha e, portanto, o Paraná tem problemas e tem dificuldades, mas graças à gestão firme, serena, corajosa, eficiente e séria do Governador Requião, o Paraná é muito melhor do que a grande maioria dos Estados do Brasil.

Sob o título “Futuro Melhor”, a Revista “IstoÉ” dedica uma página ao Governador do Paraná e destaca que depois de organizar a máquina administrativa, o Governador Requião está colhendo os frutos do seu Governo. A pesquisa entrevistou um mil e cem eleitores e tem uma margem de erro de três pontos para mais ou para menos. Quando o assunto é desempenho pessoal o Governador mostra fôlego, mostra estar preparado, bem acondicionado, porque 66,6% do povo do Paraná demonstra aprovação ao seu estilo de Governo.

Segundo a Revista “IstoÉ”, a bandeira levantada por Requião pela melhoria das estradas tem surtido um efeito extraordinário na infra-estrutura do Estado do Paraná - aplicações na área da saúde e na educação formam o tripé do apoio que o povo do Paraná vem dando a essa administração. A matéria da Revista “IstoÉ” conta com o depoimento de pessoas que estão acompanhando esse nível de desenvolvimento que o Paraná está vivendo. O Paraná, que no início deste Governo tinha dificuldades - como já disse - hoje tem frutos a serem colhidos, tem obras a serem inauguradas, tem motivos de sobra a serem comemorados, graças a este modelo de Governo implantado em nosso Estado, para nossa satisfação.

Na área da educação, vinte e seis mil novos professores, vinte mil funcionários, a distribuição de material didático, uma medida inédita, contribuindo para a boa avaliação dos nossos alunos, consumindo 450 mil livros distribuídos gratuitamente nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, eu que sou parceiro do Governador Requião, sou Deputado no quarto mandato, e durante toda a minha trajetória estive ao lado do Governador Requião, tenho a satisfação imensa de poder ver todas as áreas, na educação, na saúde, na geração de empregos e vendo ainda esta semana o Governador Requião anunciar a contratação de mais mil policiais militares - já havia contratado mil e trezentos, agora mais mil, o Governo que havia contratado 60 e poucos delegados de polícia, investigadores, agentes, um Governo que adquiriu milhares de viaturas para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, mudando o modelo da terceirização, prática dos Governos anteriores e que neste Governo está aos poucos sendo substituído por viaturas do próprio patrimônio público.

Então, Sr. Presidente, este é o nosso Paraná e é por isso que o povo do Paraná, 77% está aprovando este Governo, esta administração, mostrando que o nosso Estado, em que pese não ser uma ilha, é um Estado gerenciado com firmeza, com decência, com determinação, com seriedade, é modelo para este Brasil.

Parabéns ao Governador Requião, parabéns ao seu Governo pelo alto índice, um dos índices mais expressivos do Brasil, hoje alcançado por um governo estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Nereu Moura.

Com a palavra a Liderança do Governo.

(**Declina**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passamos à Ordem do Dia, com a presença de 42 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Rafael Greca, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para Providências.**

Indicações nºs 026, 027, 028 e 029/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente, sugerindo a concessão em caráter emergencial, de gratificações específicas para os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1814, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para se deslocar a Brasília, nos próximos dias 15, 16 e 17 do corrente mês, para levar a posição do Estado do Paraná perante a ANVISA e também, para o Deputado Luiz Antonio Fleuri, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal a manifestação das Farmácias de Manipulação do Estado do Paraná. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1835, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se dia 20.06.2005, para viajar a Brasília para tratar de assunto ligado à reforma Universitária com o Secretário Executivo do MEC. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1862, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do Encontro de Comunicação Social da FANORPI, em Santo Antonio da Platina, nos dias 23 e 24 do corrente mês, onde participará como conferencista. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1863, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar dos Eventos Alusivos aos 10 anos do curso de Engenharia Civil da Unioeste, Campus de Cascavel no dia 30.06.2005, como representante deste Poder Legislativo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1853, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de junho (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que regulamenta o parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 9.394, de 20.12.96 (Transferência escolar - ensino superior). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ.

Em Discussão o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Verificação de Votação.

O SR. ANTÔNIO MARTINS ANIBELLI (PMDB)

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sr. 1º Secretário procederá a Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, visualmente podemos verificar que já há número para votação. Peço dispensa da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à Verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o item nº 1: 2ª Discussão do Projeto de Lei 040/2004, votação o projeto ressalvadas as emendas.

Trinta e um Srs. Deputados.

Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda da CCJ.

Aprovada.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a gratuidade aos alunos usuários de estabelecimentos disponibilizados pelas Universidades, Faculdades e Centros Universitários instalados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto ressalvada a emenda.

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Só para dizer o seguinte: V. Exa. e eu somos autores de um projeto que, por sinal, foi apresentado antes que o do Deputado Nereu Moura, onde apresentamos a isenção do pagamento dos estacionamento de shoppings.

Este projeto, que achávamos que seria emendado no nosso a justificativa, é um projeto bom do Deputado Nereu Moura,

Registramos nosso voto favorável, encaminhando favoravelmente, mas solicitando a V. Exa. que o nosso projeto venha à votação, porque é um projeto que mexe com a sociedade das grandes cidades, dos shoppings centers, isentando a nossa população do pagamento de estacionamento.

Agradeço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda da CCJ.

Aprovada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2005, que autoriza o Poder Executivo reduzir o capital subscrito pelo governo do Estado, na empresa ambiental Paraná Florestal S/A, a abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 311/2005

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, propõe emenda aditiva ao projeto de lei em referência, incluindo-se um artigo que será vazado nos seguintes termos:

“Art. O montante relativo a 20% (vinte por cento) do total estabelecido na redução do Capital subscrito da Paraná Ambiental Florestas S/A e a conseqüente abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente Orçamento do Estado, sejam revertidos para custear obras de readequação infra-estrutura das rodovias vicinais no Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 15.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A situação das estradas vicinais no Estado merecem total atenção do Poder Público. muitas delas sem a mínima condição de tráfego, prejudicando o escoamento da safra, bem como o desenvolvimento e a vida da população que necessita se locomover por trechos intransitáveis.

Com este recurso o DER com a contrapartida municipal poderá eleger os piores trechos e iniciar a recuperação e a devida readequação em benefício de todos os paranaenses.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a livre organização dos Órgãos de Representação dos Estudantes de Nível Superior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23.02.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 048/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a livre organização dos Órgão de Representação dos Estudantes de Nível Superior.

Fundamentação

É fato mais do que notório a relevância que o movimento estudantil tem, de uma forma específica junto a área da educação, e, de forma mais abrangente junto à sociedade como um todo, neste particular, nunca é demais recordar, que nas decisões mais importantes da vida deste País, lá estava presente o movimento estudantil.

O projeto em tela, como bem justificado pelo seu eminente autor, tem por finalidade garantir a livre organização política dos estudantes de Ensino Superior nas suas respectivas instituições de ensino, servindo como instrumento de fiscalização, coibindo abusos, buscando a promoção da função social da Universidade, buscando dar as condições básicas para a execução de tais finalidades.

Conclusão

Diante disto, somos favorável ao projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 048/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a livre organização dos Órgãos de Representação dos Estudantes de Nível Superior.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à mesma.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou, na proposição em tela, uma saudável forma de democracia, assegurando nos estabelecimentos de ensino livre organização de centros acadêmicos e diretórios estudantis, por parte exclusiva dos estudantes.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 048/05.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2005, que autoriza o Poder Executivo a, através do Instituto

de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Primeiro de Maio. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 040/2005, de 10/09/2005, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 263/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva, através da FUNDEPAR, efetuar cessão de uso de imóvel que especifica, a APAE de Primeiro de Maio.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal ou constitucional para a normal tramitação da proposição.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 263/2005.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 263/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 263/2005, de autoria do Poder Executivo, através da FUNDEPAR, efetua cessão de uso de imóvel à APAE de Primeiro de Maio.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O imóvel tem 7056 m2 e a APAE de Primeiro de Maio utilizará essa área para continuar oferecendo os relevantes serviços que presta à comunidade.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 263/2005.

Sala das Comissões, em 13.06.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estamos votando esse projeto em 1ª Discussão, favorável, mas estamos aguardando uma informação do Governo.

Fizemos um requerimento há dias atrás, pedindo ao Governo que mande uma relação de imóveis que são de propriedade do Governo e que estão integrados ao capital do Parana Previdência.

Então, por esta razão, votamos hoje e vamos ver em 2ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Perfeitamente.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1800, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1801, 1802 e 1803, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1804, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1805, 1852 e 1872, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1806, 1812, 1840 a 1845 e 1865, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1830, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1813, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1815, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1816, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1819, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1821, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1822, 1823, 1850, 1851 e 1860, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1825, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1827, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1829, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1834, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1846, 1847 e 1848, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1849, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 1858 e 1859, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1861, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1868, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1869 e 1870, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1871, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1875, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini, Ademar Traiano, Durval Amaral e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na verdade estou retirando o projeto que visa fazer o plantio de árvores ao longo das estradas. Por que estou retirando? Em que pese, foi trazido aqui pelo arquiteto Lolo Cornelsen, que tem uma grande visão nesse sentido, mas verificando, a Mesa desta Casa me mostra em 1997 uma lei do Deputado Luiz Carlos Martins, que é no mesmo sentido. Infelizmente essa lei ainda não foi colocada em prática nem no Governo anterior, nem neste Governo atual.

Portanto, vou me somar não só ao Deputado Luiz Carlos Martins, mas para que a lei, que é do Deputado Luiz Carlos e que depois ficou de todos os Deputados, possa na prática ser efetivada.

Neste sentido não há o que discutir novamente a matéria. Portanto, estou retirando.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Apenas para anunciar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Irati, Vereador Robertinho Siqui-

nel, acompanhado pelo Vereador Marcelinho, que se encontram aqui conosco nesta tarde de hoje representando a Câmara Municipal de Irati, e demais servidores da Câmara também.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Muito obrigado pela presença.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Com a palavra, para explicações pessoais, Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.
Ouvimos há pouco a palavra de um Deputado do PMDB, que trouxe a esta Casa uma informação de que o Governador Roberto Requião consta numa pesquisa da DATABREN, publicada por uma revista e por jornais a nível nacional, com aproximadamente 70% de popularidade e de aprovação. Esta pesquisa realmente é uma pesquisa importante para ser divulgada essa popularidade, esse alto nível de aceitação do Governo Requião, porque sendo uma empresa, a DATABREN, de propriedade da cunhada dele, a Márcia Requião - não sei se é de Mello e Silva, me falta essa informação agora - se continuar essa pesquisa dia-a-dia vamos ter certeza que até as eleições vai dar um índice de 100% ao Governador Roberto Requião.

Portanto, quero só registrar que a pesquisa efetuada, não conhecemos os critérios, mas conhecemos a diretora da empresa que é a Sra. Márcia Requião. Tem cabimento eu falar, por que não? Ou será que tem cabimento só falarem aqui os Deputados que defendem os interesses do Governo? Quando um Deputado achar que não devo falar, ele deve vir aqui, usar da palavra, e me contestar publicamente! Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou usar os quinze minutos agora, mas peço a minha inscrição na próxima Sessão, no Pequeno Expediente e nas Explicações Pessoais. Muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040/2004 e 174/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 048 e 263/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047/2003, 125 e 203/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 15 DE JUNHO DE 2005.

Waldemiro Gremski “Decifrando os Segredos de Deus”

Jornalista e Professor
Aroldo Murá Gomes Haygert

Waldemiro Gremski tinha tudo para repetir a rotina de vida dos quinhentos moradores de Serrinha, então distrito da cidade da Lapa, onde nasceu em 1915. O entorno físico e humano e a vocação familiar formavam o caldo ideal para o menino embrenhar-se no cultivo da terra, no que seu pai - um homem nascido no século XIX, 1891 - mostrava-se tão íntimo. Era um médio agricultor, de posses, mas sobretudo um espírito arrojado para a época. O primeiro trator e a primeira colheitadeira da região, seu João Gremski os importara dos Estados Unidos em 1919. Uma revolução na campo.

Aquela pequena réplica da Polônia, Serrinha, hoje parte do Município de Contenda, próximo de Curitiba, reservava outra atmosfera para o filho do casal João-Catarina (nascida em 1899). Naquele ambiente onde quase que só se falava polonês, roupas, usos e costumes também poloneses, os padres igualmente poloneses da Congregação da Missão (ou Vicentinos, os Lazaristas, como queiram) iriam atrair Waldemiro, aos 11 anos de idade, para o seminário São Vicente, de Araucária, que abrigava meninos do ensino fundamental. O seminário sintetizava a possibilidade de formar-se num futuro padre, sonho comum das famílias daquela sociedade agrária e fortemente dependente do sagrado.

Em lugar de sacerdote, o Brasil ganhou um educador e pesquisador superiormente diferenciado, na área das ciências biológicas, com doutorado e quatro pós-doutorados, e um currículo profissional em que aparecem dezenas de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos especializados, a maioria em países de ampla tradição em ciência, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha.

Diretor do Laboratório de Engenharia de Transplante Celular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), desde 2002, Gremski está contem-

plando os primeiros resultados com experimentos humanos.

Um deles foi o primeiro transplante realizado no Paraná pelo Núcleo Cardiomioplastia Celular, daquele Laboratório, em 04 de maio deste ano na Santa Casa de Curitiba, pelo pesquisador e cirurgião cardíaco Paulo Roberto Slud Brofman. Foi a materialização da proposta de uso de células-tronco na cura de cardiomiopatias (insuficiência cardíaca, enfarte do miocárdio), com técnica própria da instituição. Sempre usando as próprias células do paciente para sua recuperação. O que evita os problemas decorrentes de rejeição.

Aos domingos, o catecismo.

Um rápido olhar no currículo de Waldemiro Gremski é convite a que se mergulhe no fascinante mundo das ciências biológicas, com o registro de pesquisas que realizou ou realiza em biologia molecular, matriz extracelular. Há um desfilar de teses de doutorado e pós-doutorados (foi dispensado de fazer mestrado, na USP, indo direto para o doutorado em histologia, de 73 a 76) que o mundo das ciências sabe avaliar e dar crédito. Tem história científica notavelmente diferenciada. É uma contribuição em igual, ao desenvolvimento do ensino de pós-graduação e doutorado no País. E beneficiou sobremaneira a Universidade Federal do Paraná, de que foi pró-reitor, e a PUC-PR, onde implantou o mestrado e o doutorado mantido pela instituição, o de Ciências da Saúde.

Mais do que currículo, há a história do cientista Gremski, envolvendo pelo menos uma centena de pesquisadores que foram seus orientadores em mestrados e doutorados - médicos, farmacêuticos, veterinários, biólogos etc. - ao longo dos anos. Frutos que se espalham nos mais acatados centros de produção científica no Brasil, e alguns no exterior.

Quem, dentre os cientistas, não conhece o trabalho do Instituto Karolinska de Estocolmo, que concede o Nobel de Medicina? Pois lá Gremski conquistou seu primeiro pós-doutorado, em 1977/78. E há mais dois outros pós-doutorados, pela University of Connecticut Health Center - UCONN, Estados Unidos (1981/1985 e 1988) e um obtido no Ludwig Instituto for Cancer Research, LICR, Brasil, (1995/97).

Tanto envolvimento e aprofundamento com a realidade científica não fez soçobrar o homem de fé, o seminarista que passou quase dez anos (incluídos os anos do Seminário Menor) ouvindo e aprendendo com sábios mestres poloneses (que vinham de ampla experiência internacional) em Araucária e também no antigo Seminário Maior, que os vicentinos mantinham na Rua Jaime Reis. Ali conviveu com colegas que depois se tornariam bispos, como Dom Ladislau Biernaski e Dom Isodoro Kosinski, Dom Domingos Wizniewski seria o primeiro padre brasileiro da congregação (parte polonesa: a outra província, chamada de Brasileira, é de maioria carioca e de mineiros) e também mestre de Waldemiro.

Deixou a vida religiosa em 1965 - não houve apelos femininos para a decisão. Foi a ampla visão propici-

ada pela filosofia de “alavanca” a encaminhá-lo à sociedade secular. E o jovem, despido das vestes talares e do ofício das horas, passaria daí em diante a dividir-se exemplarmente, entre as duas cidades, a celeste e terrestre.

Hoje, dois domingos por mês, o homem que pesquisa célula-tronco adultas (tem opinião segura sobre as embrionárias e, sua importância terapêutica) passa na Paróquia Nossa Senhora de Salette, em Higienópolis, Curitiba, dando aulas de catequese. Sua audiência é composta de adultos, em busca dos sacramentos do crisma ou do batismo católicos. O curso pode durar até dois anos, e dentre os alunos há um sexagenário.

Quando deixou a congregação dos vicentinos, em 1965, sentiu o choque entre o “mundo” e o aprisco seguro renunciado. O aprisco era de certezas. Era casa, o seminário, em que jamais sentira limitações à discussão política, nem se defrontara um *index librorum*. Havia lido, por exemplo, na biblioteca local, uma das obras mais sequiosamente ambicionadas pelos adolescentes e jovens da época, o romance A Carne, de Júlio Ribeiro, e os superiores não ofereciam resistência à liberdade de expressão política dos alunos, testemunha Gremski.

Do seminário partiu agradecido pela formação cultural e religiosa. Mas não ficou distante da grande árvore, foi ser uma espécie de caseiro (em tempo parcial) numa casa de religiosos no bairro Hugo Lange, ao lado da Igreja do Sagrado Coração, e onde viveu sete anos. A casa era o castelo forte para o vôo de sobrevivência material em que Gremski se embrenharia dali em diante. Na paróquia ao lado conheceria Lilian Cathy Mickus, com quem se casaria e teria quatro filhos.

O primeiro emprego foi como locutor da Hora do Ângelus, na Rádio Tinguí (hoje Capital), dona da audiência nos melhores horários, com programas como A tarde é nossa, e líder absoluta amiga e precisa do radialista Luiz Antonio Barbosa o encaminhamento para o pleno domínio do microfone. Com ele aprendeu a dicção correta, livrando-se do sotaque polonês, a língua materna, que falava com exclusividade, até os sete anos, quando foi para a escola de Serrinha.

E havia também os programas de auditórios, com gritos histéricos das mocinhas e suas minissaias... Tudo a desvendar-lhe um mundo surpreendente, mas que soube enfrentar porque se achava equipado pela sólida educação familiar e a dada pelos vicentinos. *Mater et Magistra*, diz, repetindo que a Igreja fora a sua grande mãe e mestra.

Um “subversivo”

A placidez do seminário nas horas de recolhimento pouco tinha a ver com os dias que o futuro reservaria a Waldemiro a partir de 1966, quando ingressaria no Curso de História Natural (hoje Ciências Biológicas) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná (hoje PUC). A liderança de um espírito singular, formado por mestres que dificilmente se repetem em grandeza e sabedorias - gente como frei Rai-

mundo Viers e Frei Crisóstomo Arns, franciscanos, e Padre Damek, sociólogo, ex-piloto da RAF na II Grande Guerra -, logo seria posta à prova.

Feito Presidente do Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Filosofia, Ciências e Letras, acabou enquadrado na temida Lei de Segurança Nacional (LSN). Foi o julgamento porque, com mais uma dúzia de estudantes - dentre eles, Carlos Marés, atual Diretor do BRDE, e Carlos Cervi, professor de Botânica da UFPR - foi às ruas protestar contra o estado de exceção ao qual acusavam, dentre outras arbitrariedades, por sumiços de duas universidades e a morte de Edson Luiz, no restaurante Calabouço, no Rio.

A marca da LSN o acompanhamento por 10 anos, Gremski foi despedidos, apesar de concursado, da UFPR, do cargo de professor auxiliar, (em 1972) denunciado por colegas da própria Universidade que faziam parte da Assessoria de Segurança e Informação (um deles, uma mulher, filha de um general). Depois, convidado para fazer pós-doutorado, em 1977, no Karolinska, em Estocolmo, foi descobrir que a absolvição de nada valera. As marcas da lei de Segurança Nacional perduravam, o DOPS não fazia "silêncio" em situações como a sua. Nas duas vezes, foi a interferência do general Airton Tourinho, primeiro como comandante da 5ª Região Militar, depois como Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em Brasília, que garantiu-lhe justiça e a abertura de caminhos, como a obtenção do visto para a Suécia e a reconstrução na UFPR.

- Eu, comunista? Só fui conhecer comunistas depois, na Suécia - assegura o mestre, rindo da absurda acusação que fora peça central para sustentar seu calvário político.

O cientista, o educador

A reputação que cientista e educador ganhou no modo acadêmico decorreu a fé cristã madura. É o que se conclui desta explicação de Gremski.

- Logo que entrei na Universidade, passei a me dedicar à pesquisa. Pesquisar significava penetrar nos segredos que Deus nos havia confiado, cabendo-nos o ônus de decifrá-los.

Resumindo o resumo, eis alguns pontos salientes da ação de Gremski: 1) Estruturou na UFPR o Curso de pós-graduação em Biologia Celular (hoje Biologia Celular e Molecular), em 1979, avaliado com nota 5 (o maior em nível nacional) 2) dentre os discípulos, Gremski destaca Sandro José de Souza, atual coordenador de bioinformática do Projeto Genoma do Câncer, Diretor do Instituto Ludwig de Câncer. Ele ficou no laboratório de Gremski, na UFPR, durante quatro anos; 3) em 87, ao retornar de pós-doutorado nos Estados Unidos, assumiu o Centro de Microscopia Eletrônica da UFPR, que atende o PR e SC, unidade referencial no país; 4) de 1990 a 94, foi diretor do Setor de Ciências Biológicas da UFPR abrangendo dez departamentos (Botânica, Genética, Zoologia, Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia, Biologia Celular, Anatomia, Educação

Física e Patologia Básica) com 220 professores à época, dez cursos de pós-graduação (hoje são 15, a maioria com doutorado). Tinha já 100% de seus docentes com mestrado e doutorado; 5) depois de mais um pós-doutorado realizado entre 95 e 97, assumiu a coordenação do programa de Pós-Graduação em Biologia Celular, de cuja reformulação surgiram os hoje mestrados e doutorado em Biologia Celular e Molecular da UFPR, avaliado com a nota máxima (cinco) pela CAPES; 6) a convite do então reitor Carlos Antunes, assume em 1998 a Pós-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação de UFPR, "um tempo dos mais produtivos de minha vida acadêmica", resume Gremski. No período, a pós da Federal dá salto quantitativo: enquanto em 98 possuía 26 mestrados, em 2002 este número salta para 41; no mesmo período, os doutorados passam de 9 para 21. "Isto levou a Federal do Paraná - lembra Waldemiro Gremski - a tornar-se uma das dez maiores instituições em termos de pós-graduação no País, em qualidade e quantidade"; 7) sob a coordenação de Gremski funda-se o Conselho Paranaense de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação em todos os fóruns relacionados com ciência e tecnologia no Estado. O conselho é uma das três entidades que constitui legalmente a Fundação Araucária (e neste ponto, Gremski faz referências dobradas ao secretário de C&T da época, Ramiro Wahrhaftig, que apoiou integralmente a iniciativa).

Medicina do futuro

Gremski personifica o educador que sabe ouvir, mas firme nas suas posições. Do diálogo com ele, observam-se outras características de seu faciens psicológico bem montado, que nem a morte de uma jovem filha, em acidente automobilístico, em 2002, tirou do seu centro ou afastou dos grandes suportes cristãos.

Antes de voltar a abordar o Laboratório de Engenharia e Transplante Celular da PUC-PR - cujo nascimento, lembra se deu com o professor Alberto Accioly Veiga e o secretário de Ciência e Tecnologia do Paraná, Ramiro Wahrhaftig, em 1999 - fala de "uma das experiências mais fascinantes de minha vida" a de ter trabalhado sob o comando de Cristóvão Buarque, de janeiro a 2003 a março de 2004, a convite do professor Carlos Antunes. Foi diretor do Departamento de Modernização e Qualificação do Ensino Superior, do MEC. Ali ajudou a elaborar a lei de Inovação Tecnológica. No período, assumiu uma das vagas da CTN-Bio, responsável pelo controle e plantio, manuseio e pesquisas de qualquer organismo geneticamente modificado no País.

O menino de Serrinha tem todas as atenções voltadas para o Laboratório de Engenharia e Transplante Celular, composto de quatro núcleos. O primeiro (já citado, com Paulo Brofman), com pesquisa muito avançada e com experimentos feitos em humanos. O segundo é o Núcleo Produtor de Insulina, coordenado pelo professor Miguel Biella. Ali as pesquisas objetivam tanto trabalhar com ilhotas de Langerhans, produtoras de insulina, trans-

plantando-as em doentes diabéticos, como dominar “a tecnologia para diferenciar células-tronco em células beta do pâncreas para depois transplantá-las”. Esta última parte se encontra em fase experimental observa Gremski, que aponta:

- É a medicina do futuro, tanto do ponto de vista preventivo como de uma medicina que irá utilizar recursos do próprio paciente (célula-tronco) para tratá-lo. Ela irá, com toda a certeza, substituir os transplantes de órgãos, com todas suas limitações - observa o coordenador geral do Laboratório da PUC. O terceiro núcleo é o de Válvulas Cardíacas, coordenado pelo Dr. Francisco Costa. O quarto, em fase de implantação sob a coordenação da Dra. Katherine, tem a ver com regeneração neural, visa a cura de doenças como Parkinson e Alzheimer. Bem como repovoar medulas segmentadas de tetraplégicos e paraplégicos.

Contemporâneo do futuro

Waldemiro é a prudência personificada ao avaliar seu papel na direção no laboratório. Sabe que enfrenta um enorme desafio, a ser conduzido com todo cuidado profissional que a empreitada exige. No âmbito da PUC-PR é o condutor seguro das discussões em relação ao uso das células-tronco, incluindo as embrionárias, sobre as quais há ainda muita polêmica, nas esferas científicas e religiosas. E os recursos a serem obtidos para esse trabalho inovador no âmbito da biotecnologia, e que poderão garantir, no futuro, a cura de muitas doenças? Esta é outra preocupação de Gremski e da PUC-PR.

Alto, passos largos, sereno, podido, as palavras bem pronunciadas, Waldemiro vai-se comunicando com o mundo da ciência, em português, inglês, sueco, polonês, espanhol, francês, em busca de apoios ao projeto ao qual vota a fase mais fértil de sua catequese científica. Sinal de que, diz em tom de blague, não há de que se arrepender de ter deixado o caminho do altar. Afinal, é um cura d'almas e de corpos, quando faz a catequese da Ciência ou ensina o Catecismo da Igreja...

- É uma outra forma de recitar o Salmo que fala do *introibo ad altare Dei*, entrarei no altar de Deus...registra, com convicção, o catequista.

Uma prova irrefutável - assim como foi Newton Freire Maia - de que religião e ciência podem conviver, têm dimensões próprias.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 115-A/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo

em vista o contido no artigo 11, da Resolução nº 007/2004,

R E S O L V E :

Nomear os servidores AYRTON COSTA LOYOLA, LUIZ CARLOS MOLINARI, WILLIANS ROLANDO ROMANZINI, ELEOVAN CÉSAR RIBEIRO, VALTER ANTONIO MARCHIORATO para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão para proceder ao enquadramento dos servidores deste Poder de acordo com a Resolução nº 007/2004..

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 21.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 275/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 694/2004, datado de 17 de fevereiro de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a ELDO GEVEZIER, matrícula nº 056, funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Procurador, 1ª classe, NU-1, admitido em 15 de maio de 1975, lotado no Gabinete da Procuradoria, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 13 de setembro de 1998, antecipado em razão da contagem do quinquênio anterior, permitida pela legislação vigente à época, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6174/70. O período da licença deverá ser marcado pelo Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 06.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 277/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3089, datado de 03 de maio de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte dos proventos do ex-parlamentar MARCIANO BARANIUK, brasileiro, casado, aposentado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (FEPPA), portador do RG. 180.753 e CPF. 004.388.049-53, nos termos do artigo 39, inciso

XXXI e XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, e tendo em vista o Laudo Médico nº 024/2005.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 280/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3081, datado de 02 de maio de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder aposentadoria, a HILTON RONALDO ALICE, matrícula nº 44, portador do RG. 319.234, do CIC de nº 003.100.939-53, com inscrição na OAB sob nº 4926, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 243, parágrafo 3º, da citada Carta Magna, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução de nº 007/2003, autorizada pela Lei nº 13.950/2002, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adicionais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (05%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra citada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa, as fls. 074.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”. em 07.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 285/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3080, datado de 02 de maio de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a JOSE CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula nº 574, ocupante do cargo de Consultor Técnico “B” - nível NU-3, ref. IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da

Emenda Constitucional nº 41/2003, de 31 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 053/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

D E T E R M I N A :

A carga horária dos Servidores que exercem a função de Telefonista, é de seis (06) horas diárias, ficando a chefe do Setor de Telefonia responsável pelo cumprimento da presente determinação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissão

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Dobrandino da Silva, Ângelo Vanhoni, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Elza Correia e José Maria Ferreira. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião com objetivo de debater a autarquização da EMATER. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões da Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, e Reni Pereira. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 237/2004 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer do Deputado José Maria Ferreira pela devolução ao autor para ajuste - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 53/2005 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 129/2005 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 187/2005 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira e Elton Carlos Welter; 05) Projeto de Lei nº 206/2005 de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 215/2005 de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 220/2005 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO, com voto contrário do Deputado Dele-

gado Bradock; 08) Projeto de Lei nº 229/2005 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira e Ademar Traiano; 09) Projeto de Lei nº 230/2005 de autoria do Deputado Carlos Simões. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 237/2005 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Ademar Traiano; 11) Projeto de Lei Complementar nº 254/2005 de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 12) Projeto de Lei Complementar nº 257/2005 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Delegado Bradock, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari e Ademar Traiano; 13) Projeto de Lei nº 258/2005 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 185/2005 de autoria do Deputado Natálio Stica. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas Concedido pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

□□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*□*